MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO – MDA
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO MÉDIO SÃO FRANCISCO–SR–29

RELATÓRIO DE GESTÃO 2009

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO MÉDIO SÃO FRANCSICO

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2009

MARÇO/2010

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO MÉDIO SÃO FRANCSICO

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2009

Relatório de Gestão apresentado ao Tribunal de Contas da União como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 57/2008, da Decisão Normativa TCU nº 100/2009 e da Portaria TCU nº 389/2009**.**

Cidade, 31/03/2010

Sumário

1. Identificação de Relatório de Gestão Individual 7
2. Objetivos e metas institucionais 8
2.1 Responsabilidades institucionais da unidade – Papel da unidade na execução das políticas públicas. 8
2.2 Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais. 11
2.2.1 Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária 11
2.2.2 Divisão de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento 11
2.2.3 Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento 11
2.2.4 Divisão de Gestão Administrativa 13
2.2.5 Programa 0135 Assentamento de Trabalhadores Rurais 16
2.2.5.1 Ação 8384 – Cadastro e Seleção de Famílias para o Programa de Reforma Agrária 17
2.2.5.2 Ação 8374- Licenciamento Ambiental de Assentamento da Reforma Agrária 21
2.2.5.3 Ação 4460 - Obtenção de Imóveis Rurais para Reforma Agrária..... 23
2.2.5.4 Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa 24
2.2.6 Programa 0137 – Desenvolvimento Sustentável na Reforma Agrária..... 26
2.2.6.1 Ação 8396 - Implantação e Recuperação de Infra-estrutura Básica em Projetos de Assentamento 27
2.2.6.2 Ação 8398 - Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento 29
2.2.6.3 Ação 0427 - Concessão de Crédito-Instalação às Famílias Assentadas 37
2.2.6.4 Ação 2105 - Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural 42
2.2.6.5 Ação 2110 - Regularização Fundiária de Imóveis Rurais 46
2.2.6.6 Ação 4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação 52
Principais Ações do Programa 56

2.2.6.7 Ação 2109 - Assistência Social, Técnica e Jurídica às Famílias Acampadas 56

2.2.6.8 Ação 1642 - Reconhecimento, Demarcação e Titulação de Áreas Remanescentes de Quilombos. 59

2.2.6.9 Ação 4470 - Assistência Técnica e Capacitação de Assentados 62

2.2.7 Programa 0750 – Apoio Administrativo 66

2.2.7.1 Ação 2000 - Administração da Unidade 67

2.2.7.2 Ação 2003 - Ações de Informática 69

2.4.2 Execução Orçamentária 73

2.4.2.1. Despesas por Modalidade de Contratação 73

2.4.2.2. Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa 74

2.4.2.3. Despesas Capital por Grupo e Elemento de Despesa 75

2.4.3. Evolução de Gastos Gerais 76

2.4.5. Indicadores de Desempenho 77

3. Informações sobre a composição de Recursos Humanos 77

3.1 Composição dos Recursos Humanos 77

3.1.1 Composição do Quadro de Recursos Humanos 77

3.1.2 Composição e custos de Recursos Humanos 78

3.2 Informações sobre os contratos de terceirização de mão-de-obra 80

3.3 Indicadores gerenciais sobre recursos humanos instituídos pela unidade, informando se não os possuir 81

3.4 Análise crítica sobre a situação dos recursos humanos 82

4. Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos 83

5. Inscrições em Restos a Pagar no Exercício e os saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores 84

6. Informações sobre transferências (recebidas e realizadas) no Exercício 85

7. Previdência Complementar Patrocinada 87

8. Fluxo financeiro de projetos ou programas financiados com recursos externos 88

9. Renúncias tributárias 89

10. Operações de fundos 90

11 A. Recomendações do Órgão ou da Unidade de Controle Interno 91

11B. Determinações e recomendações do TCU 92

12. Atos de admissão, desligamento, concessão de aposentadoria e pensão praticados no exercício 93

13. Registros atualizados nos Sistemas SIASG e SICONV 94

14. Outras informações consideradas pelos responsáveis como relevantes para a avaliação da conformidade e do desempenho da gestão 95

15. Informações Contábeis da Gestão 96
16. Conteúdos específicos por UJ ou grupo de unidades afins.....98

1. Identificação de Relatório de Gestão Individual

Poder e Órgão de vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério do Desenvolvimento Agrário		**Código SIORG**: 17125	
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Superintendência Regional do Médio São Francisco			
Denominação abreviada: INCRA-SR(29)			
Código SIORG: 1799	**Código LOA:** 49201	**Código SIAFI:** 373050	
Situação: ativa			
Natureza Jurídica: Autarquia Federal			
Principal Atividade: Administração pública em geral		**Código CNAE:** 84.11-6-00	
Telefones/Fax de contato:	(087) 3861-2817	(087) 3861-2790	(087) 3861-2896
Endereço eletrônico: emerson.scherer@pnz.incra.gov.br			
Página da Internet: http://www.incra.gov.br			
Endereço Postal: Av. da Integração, 412, bairro Jardim Colonial – Petrolina – PE / Cep: 56.302-150			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Decreto Lei n º1. 110, de 09 de julho de 1970 Lei Nº 7.231, de 23 de Outubro de 1984 Decreto Legislativo Nº 02/89, de 29 de março de 1989 Decreto Nº 5.735, de 27 de Março de 2006 Portaria do Ministério do Desenvolvimento Agrário Nº 20, de 08 de abril de 2009			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
…			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Texto (identificação da norma e data de publicação) …			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	**Nome**		
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	**Nome**		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora	**Código SIAFI da Gestão**		

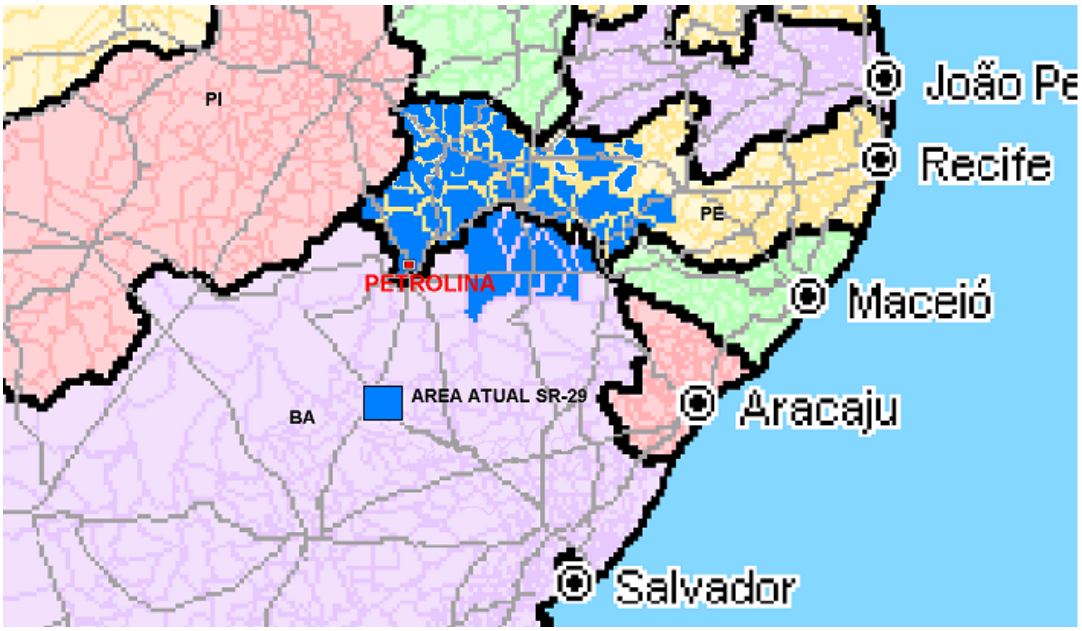
2. Objetivos e metas institucionais

2.1 Responsabilidades institucionais da unidade – Papel da unidade na execução das políticas públicas.

As ações realizadas pela SR-29 são embasadas nas definições do II PNRA, e aparadas pelo PPA 2008-2011, bem como pelo Plano Regional de Reforma Agrária.

Esta SR-29 atua em 42 municípios, todos dentro do Semi-árido Nordestino, sendo que, 32 municípios no Sertão Pernambucano e 6 no Sertão Baiano. Todos estes municípios apresentam baixo IDH, fator este que associado à falta de oportunidades de trabalho contribui siguinificativamente para a marginalização das populações urbanas e rurais da região, populações estas, que são utilizadas pelo Crime Organizado para trabalhar em plantios de piscicotrópicos (***Cannabis sativa***), além de contribuírem para a degradação do Bioma Caatinga.

A SR-29/MSF foi criada no ano de 2000, com a principal finalidade de atuar nas ações expropriatórias de propriedades identificadas com plantios ilícitos, tendo como jurisdição o Polígono Legal, no entanto, com o decorrer do tempo a SR-29 veio desenvolvendo as atividades normais de uma unidade regional do INCRA, criando diversos Projetos de Assentamento (PA). Atualmente a SR-29/MSF conta com 239 PA's, com uma área de 287.173,6579 ha, onde residem 10.752 famílias assentadas, e ainda existem na região, fato este, que associado ao plantio de piscicotrópicos, geram grande tensão social na região.

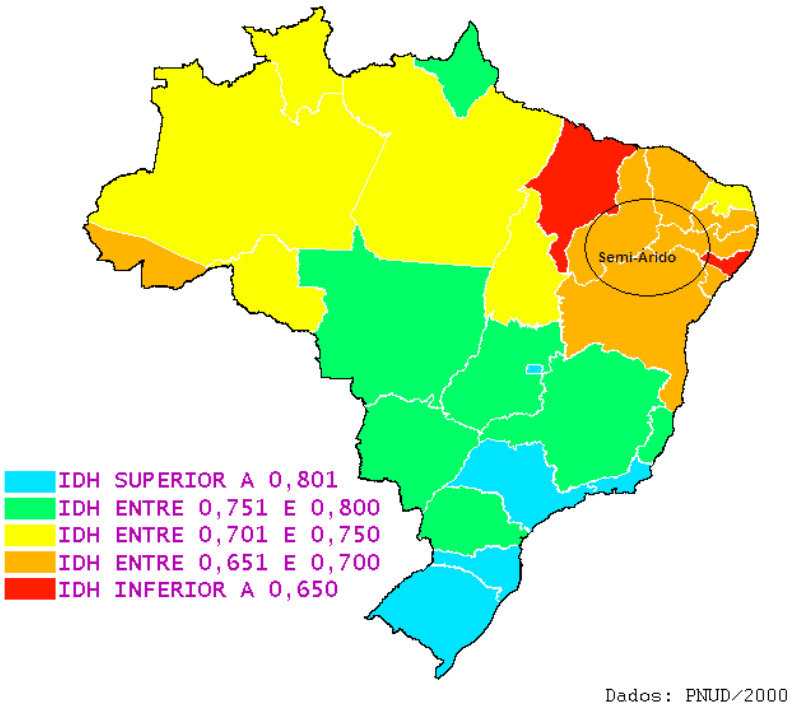


Jurisdição da SR-29 no Nordeste

O Semi-árido Brasileiro se estende por uma área que abrange a maior parte de todos os Estados da Região Nordeste (oito estados, 86,48% do território do nordeste), ocupando uma área total de 974.752 km². O clima Semi-árido se caracteriza basicamente por déficit do balanço hídrico, com chuvas concentradas

em curtos períodos do ano (2 ou 3 meses), não ultrapassando uma precipitação média de 600 mm anuías. Este fator climático acaba sendo determinante para o baixo Desenvolvimento Socioeconômico da Região, que com conta com grande parcela da população no meio rural.

O **Índice de Desenvolvimento Humano** (**IDH**) é uma medida comparativa de pobreza, alfabetização, educação, esperança de vida, natalidade e outros fatores para os diversos países do mundo. É uma maneira padronizada de avaliação e medida do bem-estar de uma população, especialmente bem-estar infantil.



A jurisdição da SR-29 é de 42 municípios todos dentro do Semi-árido Nordestino. Onde as principais atividades primárias estão relacionadas à criação de caprinos e ovinos, exploração de culturas irrigadas (principalmente fruticultura) e plantios de culturas dependentes de chuvas. A criação de caprinos e ovinos é muito difundida na região por estes animais estarem adaptados as condições climáticas locais. A exploração de culturas irrigadas somente é viável em locais próximos a reservas hídricas consistentes e perenes, que são poucas na região. Como as chuvas na região apresentam grande irregularidade, as culturas dependentes de chuva são altamente arriscadas, não apresentando bom índice de sucesso. Tais fatos contribuem, sobre maneira, para a instalação de um processo de insegurança alimentar em grande parte da população do meio rural. Estes fatores associados a pouca industrialização destes municípios (falta de empregos nas cidades), bem como, a pouca especialização (baixo nível de escolaridade) da população contribuem para a sua marginalização.

Sem alternativas de geração de renda estável, e com uma situação de insegurança alimentar, esta população se torna um alvo fácil para aliciadores que buscam mão de obra barata para trabalhar em plantios ilícitos, os quais tem uma promessa de lucros fartos e rápidos. Daí surgindo, a marginalização de muitas pessoas, e também disputas de traficantes por locais de produção e de comercialização de drogas, que para se capitalizarem cometem assaltos, roubos,

assassinatos entre outros crimes, contribuindo para instalação de um estado de insegurança pública da população de modo geral.

A Caatinga é o único bioma exclusivamente brasileiro, o que significa que, grande parte do seu patrimônio biológico não pode ser encontrado em nenhum outro lugar do planeta. Este Bioma ocupa uma área de cerca de 750.000 km², cerca de 11% do território nacional englobando de forma contínua parte dos estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia e parte do Norte de Minas Gerais. Como exemplo de degradação, podemos citar o município Araripina, no Sertão de Pernambuco, que segundo pesquisa, sofreu em 28 anos redução de quase 55% em sua área de matas nativas. O levantamento, com base em imagens de satélite, mostra que, dos pouco mais de 93 mil hectares existentes em 1973, restavam apenas 51 mil em 2001.

Neste panorama a atuação da SR-29/MSF se caracteriza como órgão de desenvolvimento socioeconômico, que a partir de ações de reformulação na estrutura fundiária e criação de Projetos de Assentamento, gera alternativas de geração de renda para uma siguinificativa parcela da população que se encontra dentro de estáticas altamente negativas da sociedade brasileira, causando uma sensível melhoria na qualidade de vida da região. Estas ações refletem diretamente no combate a marginalização e na melhoria do IDH regional, bem como apresentam alternativas sustentáveis para utilização dos recursos naturais renováveis, gerando renda e principalmente, dando uma alternativa de vida digna as famílias que tanto necessitam do apoio governamental.

2. DADOS GERAIS DE IDENTIFICAÇÃO DO ÓRGÃO

O INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – **INCRA**, Autarquia Federal criada pelo Decreto Lei nº1. 110, de 09 de julho de 1970, alterado pela Lei Nº 7.231, de 23 de outubro de 1984, reativado nos termos do Decreto Legislativo Nº 02/89, de 29 de março de 1989, doravante denominado simplesmente INCRA, neste ato representado pela Superintendência Regional do Médio São Francisco, INCRA/SR-29, unidade gestora de nº 373050, gestão 37201,inscrita no CNPJ de nº 00.375.972/0033-48,situada a Av. da Integração,412, Bairro Jardim Colonial, CEP: 56.330-290,município de Petrolina, estado de Petrolina, tendo como Superintendente Regional, o Sr. VITOR HUGO DA PAIXÃO MELO, brasileiro, portador da Carteira de identidade nº 8601235 SSP/PE– , CPF n.º 018.693.292-87, designada pela Portaria de nº 164 de 25 de março de 2010, publicado no D.O.U. de 26 de março de 2010, que tem atribuições que lhe são conferidas de acordo com o artigo 119, do regimento interno do INCRA, que foi aprovado pela Portaria Ministerial Nº 69 de 19/10/2006 publicado no D.O.U. de 20/10/2006.

2.2 Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais.

2.2.1 Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária

A divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária compete coordenar e supervisionar as atividades de Cadastro Rural, Georeferenciamento da malha fundiária nacional, Regularização Fundiária de Terras Públicas e Regularização Fundiária de Territórios Quilombolas. O programa tem como principais ações a 2105 - Gerenciamento e Fiscalização do cadastro Rural; a ação 4426 – Georeferenciamento da Malha Fundiária Nacional, a ação 8378 – Ações Preparatórias para a Destinação de Terras Públicas e a ação 2110 – Regularização Fundiária de Imóveis Rurais.

2.2.2 Divisão de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento

Promover a reforma agrária pelo acesso a terra a trabalhadores rurais com a criação de projetos de assentamento, propiciando conhecimento para a produção de alimentos, melhoria da renda dos trabalhadores, paz e cidadania no campo, por meio de ações que envolvem atividades com a intenção de tornar viáveis as vistorias e avaliações de imóveis rurais, aquisição através do Decreto 433, de 24 de janeiro de 1992, cadastramento e seleção de famílias a serem assentadas, como também promover o licenciamento ambiental dos assentamentos de reforma agrária. O programa possui seis (6) ações que compreendem, desde a obtenção dos imóveis, seja pela desapropriação, aquisição, doação ou outros meios, passando pelas ações relativas às vistorias de fiscalização e avaliação, licenciamento ambiental, seleção de candidatos, até a publicação de resultados nos meios de comunicação.

2.2.3 Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento

O Programa Desenvolvimento Sustentável de Projetos de Assentamento executado por esta Divisão, tem como objetivo geral desenvolver, recuperar e consolidar assentamentos da Reforma Agrária. O Programa tem como estratégia de implementação das ações de implantação e recuperação de projetos de assentamento, desencadeadas pelas Superintendências Regionais do INCRA, realizadas de forma direta e por meio de parcerias,

com outras esferas governamentais e não-governamentais, universidades e centros de pesquisa, transferências voluntárias, convênios junto a entidades representativas das famílias assentadas, sob supervisão e fiscalização do INCRA, bem como contratação de empresas para execução de serviços de engenharia e de instituições financeiras para operacionalização do crédito instalação. A fiscalização é feita in loco pelos técnicos da Superintendência Regional, gerando relatórios consubstanciados de monitoramento.O Programa é composto de 9 ações, onde a Superintendência Regional do INCRA no Médio São Francisco em 2009 atuou em 7 das ações do Programa 137, sendo que as ações de Consolidação e Emancipação de Assentamentos de Reforma Agrária e Remuneração ao Agente Financeiro pela Operacionalização do Crédito Instalação não foram operacionalizadas (esta última administrada pela Diretoria de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento e de Gestão Administrativa) Na ação referente à Concessão de Crédito Instalação às Famílias Assentadas que tem por objetivo dar condições iniciais de subsistência e sustentabilidade às famílias assentadas pelo INCRA por meio da concessão de crédito, em suas várias modalidades aos assentados e assentadas da reforma agrária, para auxiliar na construção e recuperação de unidades habitacionais, segurança alimentar e atividades produtivas, bem como a concessão de crédito adicional que vise proporcionar a segurança hídrica às famílias localizadas na região do Semi-Árido Brasileiro, sendo a aplicação, preferencialmente, na forma coletiva. No ano de 2009 a SR-029/MSF atuou com as modalidades de crédito instalação: apoio inicial, aquisição de materiais de construção (AMC), recuperação de material de construção (RMC), fomento e adicional do semi-árido. A complementação dos valores do Crédito Instalação de algumas modalidades (AMC, por exemplo), conforme estabelecido na IN 54/09, fez com que o objeto fosse afetado na sua execução, por causa do retrabalho nas ações pertinentes à aplicação do Crédito (novo plano de aplicação ou plano de aplicação complementar, assinaturas dos contratos, novo “lay-out” das unidades habitacionais, retorno aos PA’s para discussão, ...). Os Créditos Instalação concedidos nas suas modalidades foram empenhados e repassados. Os Grupos de Trabalho das Regiões de Desenvolvimento (RD’s, DOU de 04/09/09) desta Superintendência - juntamente com as Associações e/ou Comissões presentes nos PA’s - aplicaram as modalidades deste Crédito em conformidade com a IN e NE de 2009; Na ação de Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento, o objetivo é prover os projetos de assentamento rural de serviços topográficos necessários à viabilização do processo produtivo e do desenvolvimento sustentável, identificando o perímetro do PA e das parcelas. (texto do PPA 2008 – 2011). Através da execução direta, iniciamos as demarcações dos PA’s Banguê (Curaçá /BA), Terras da Liberdade e Esperança (Petrolina / PE), e Demétrius (Orocó / PE). Iniciamos o processo de licitação visando contemplar os PA’s Mártires I e II, José Ivaldo e José Ivaldo I – todos em

Santa Maria da Boa Vista / PE, Juventude (Cabrobó / PE), e São Benedito e Antonio Henrique Nogueira (ambos em Mirandiba / PE). Infelizmente aconteceu “deserto” e ficou para reapresentação em 2010; Na ação de Implantação e Recuperação de Infraestrutura básica em Projeto de Assentamento, o objetivo corresponde à implantação ou recuperações de estradas vicinais, saneamento básico e sistemas de captação e distribuição de água etc, visando proporcionar as condições físicas necessárias para o desenvolvimento sustentável dos assentamentos; N’outra ação, a de titulação, concessão e destinação de imóveis rurais em projetos de assentamento, conseguimos expedir 1.190 contratos de concessão de uso apesar de meta zerada para o ano de 2009; Na ação de Manejo de Recursos Naturais em Projetos de Assentamentos de Reforma Agrária realizamos acompanhamento na aplicação dos planos de Manejo sustentável da caatinga implantado pela Associação de Plantas do Nordeste – APNE beneficiando 177 famílias (07 PA’s) no município de Serra Talhada (PE), no Sertão do Pajeú. Outro programa importante refere-se à Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar. Neste programa, a ação assistência técnica e capacitação de assentados visa prestar assessoria técnica, social e ambiental para as famílias beneficiárias da reforma agrária de forma integral e continuada desde a implantação do projeto de assentamento, tornando-as unidades de produção estruturadas inseridas de forma competitiva no processo de produção, voltadas para o mercado, integradas à dinâmica do desenvolvimento Municipal e Regional. Elaborar Plano de Desenvolvimento do Assentamento - PDA ou Plano de Recuperação do Assentamento – PRA, também faz parte desta ação. Executamos o orçamento de 2009 no Programa de ATES através da Parceria realizada firmado com o Instituto de Capacitação e Cidadania do Nordeste – ICN. Com isso foi possível concretizar esta ação beneficiando 3.326 famílias assentadas nos PA’s da nossa Jurisdição superando a meta física proposta (1621 famílias). A vigência desta parceria vai até 2011 (Extrato no DOU, de 06/05/09).Demais informações dos Programas, encontram-se no detalhamento das ações pertinentes presente neste relatório.

2.2.4 Divisão de Gestão Administrativa

A Divisão Administrativa exerce atividades relacionadas com os sistemas federais de orçamento e finanças, de contabilidade, de recursos humanos e materiais e administração de material e patrimônio e serviços gerais, tendo sob sua subordinação: Desenvolvimento Humano; Administração e Serviços Gerais; Orçamento e Finanças; e Contabilidade.

Os trabalhos desenvolvidos pela referida Divisão estão diretamente relacionados às ações de atividade meio, dando suporte, ou melhor dizendo, dando condições às demais diretorias da Autarquia de desenvolverem as atividades fins do órgão, que beneficiam de uma forma

direta as famílias beneficiadas pelo programa de Reforma Agrária do Governo Federal.
Com relação à área de desenvolvimento humano, o INCRA-SR(29)MSF conta com 84 servidores, dentre ocupantes de cargos efetivos, e 05 (cinco) nomeados para o exercício de cargos em comissão.
O INCRA contou, ainda, com a colaboração, tanto na Sede como nas Superintendências Regionais, de 584 estagiários.
A administração desse contingente é efetuada pelo Desenvolvimento Humano, que dentre as suas atribuições regimentais tem a competência de propor, implementar e avaliar a política de desenvolvimento de recursos humanos, instruindo pedidos relativos a direitos, deveres e vantagens dos servidores ativos, aposentados e pensionistas, a coordenação de todos os procedimentos de avaliação de desempenho para fins de concessão da GDATA e da GDARA, progressão e promoção funcional, bem como o estágio probatório. Também foi levada a efeito pela Divisão de Gestão Administrativa por meio do Desenvolvimento Humano no exercício de 2009, a implementação do Plano Nacional de Capacitação em cumprimento ao disposto no Decreto nº 5.707/2006, sendo realizado no referido exercício capacitação e treinamento ministrados por servidores do INCRA e eventos externos, atuação que será intensificada no exercício de 2010.
No que tange às atividades relativas à administração e serviços gerais, dentre as competências regimentais da Administração e serviços Gerais, consta a de prover as unidades fins da Autarquia de bens, materiais e serviços necessários ao desempenho de suas atividades, efetivando procedimentos licitatórios necessários à aquisição desses bens e materiais e da contratação das prestações de serviços. No exercício de 2009.
Relativamente às ações voltadas para as atividades de orçamento e finanças, é a Diretoria que efetua fisicamente a execução orçamentária e financeira das dotações aprovadas para a Autarquia na Lei Orçamentária Anual dando suporte às demais Divisões da Autarquia no gerenciamento dos recursos que são de suas responsabilidades em razão de suas destinações aprovadas no Orçamento Geral da União.
Essas atividades são executadas pelo setor de Orçamento e Finanças que durante o exercício, em atendimento às demandas das demais Divisões da Autarquia, no recebimento de créditos orçamentários mantemos rigoroso controle dos recursos orçamentários e financeiros, sendo prestadas pela Divisão de Gestão Administrativa, orientações e suporte à tomada de decisões por parte dos chefes das diretorias fins.
A Divisão de Gestão Administrativa é o setor que efetua a cobrança administrativa de créditos concedidos, expede orientações, mantém registros e controles sobre as propostas de lançamento.
No que concerne às atividades da área contábil, estas são executadas pelo Setor de Contabilidade, que dentre as suas competências tem a atribuição de analisar as prestações de contas da aplicação dos recursos da Autarquia, que são aplicados via concessão de suprimento de fundos, de transferências voluntárias mediante a celebração de convênios ou de instrumentos congêneres, bem como o controle da concessão de diárias e comprovação de realização de viagens.
No que se refere à parte contábil em si, são executadas atividades de acompanhamento diário das atividades desenvolvidas pelas Superintendências Regionais por meio de análise e exame dos registros

lançados no SIAFI, sendo emitidas mensagens de orientações, cobranças de ajustes e questionamentos, quando verificados lançamentos impróprios, bem como retransmissão de mensagens dos Órgãos Setoriais de Contabilidade, aos quais somos subordinados.

Também são de responsabilidade do setor de Contabilidade, o desenvolvimento de atividades para implantação de técnicas de capacitação na gestão de convênios a confecção do Processo de Prestação de Contas Anual da Superintendências Regionais, bem como a instauração dos Processos de Tomadas de Contas Especiais para apuração de eventuais responsabilidades por procedimentos que tenham causado dano ao erário.

Ainda com relação às transferências de recursos vinculadas a convênios e/ou instrumentos congêneres, o setor de Contabilidade mantém controle e acompanhamento da execução, no que se refere aos registros efetuados no SIAFI, sendo especificamente realizada no exercício de 2009, a capacitação de diversos servidores da Superintendência Regional sobre a implantação do SICONV, que será dada seqüencia no exercício de 2010.

Programas e Ações sob a responsabilidade da unidade

2.2.5 Programa 0135 Assentamento de Trabalhadores Rurais

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Finalístico.

Objetivo Geral: Promover a reforma agrária, dar acesso à terra e propiciar conhecimento para produção de alimentos, renda e cidadania no campo.

Objetivos Específicos: Promover a democratização do acesso à terra.

Gerente do programa: **Nilton Bezerra Guedes**.

Responsável pelo programa no âmbito da UJ: **-** preencher quando a UJ é apenas executora do programa, com o conteúdo do normativo do programa**;**

Indicadores ou parâmetros utilizados: Área em hectares vistoriada – Área em hectares obtidos e incorporados ao Programa Nacional de Reforma Agrária - Número de Famílias Beneficiadas nos Programas de Reforma Agrária;

Público-alvo (beneficiários): Trabalhadores rurais sem-terra.

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo[1]

[1] Não aplicável à natureza Jurídica da UJ.

Principais Ações do Programa

2.2.5.1 Ação 8384 – Cadastro e Seleção de Famílias para o Programa de Reforma Agrária

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Identificar, cadastrar, selecionar, legitimar e homologar famílias para assentamentos rurais e manter atualizado o Sistema de Informações sobre Projetos de Reforma Agrária.

Descrição: Identificação, cadastramento, seleção, legitimação e homologação de famílias beneficiárias da Reforma Agrária; acompanhar a movimentação das famílias beneficiadas (assentamento, transferência, desistência, eliminação, titulação); manter atualizado o sistema de informações dos projetos de reforma agrária especialmente no que se refere aos dados sobre a situação econômica, social e ambiental dos projetos de assentamentos (Créditos recebidos, habitação rural e infra-estrutura e produção); emitir relação de beneficiários dos projetos de assentamentos; emitir documentos para o Beneficiário para atendimento da legislação vigente (Contrato de assentamento, Contrato de Crédito, Certidões para fins de Seguridade Social, e Declaração de Aptidão ao PRONAF - DAP.

Coordenador nacional da ação: **Celso Lisboa de Lacerda**

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	631	A	3	UN	1.870,00	681	420	36,4

Fonte:

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R$(a)	R$(b)	R$(c)	% (d=c/b)	R$(e)	% (f=e/b)	R$ (f)	% (g=f/b)
74.000,00	103.800,00	103.800,00	100	101.622,89	97.9	101.622,89	97.9

Fonte:

Em virtude da grande dificuldade em encontrarmos imóveis rurais, com características apropriadas para serem usados na reforma agrária, foi frustrada nossa previsão de cadastro de famílias, em virtude de não desapropriarmos os imóveis previstos.

Porém, somente foi possível cadastrarmos 681 famílias, sendo que 632 cadastrados foram assentados em PA's antigos e 49 em PA's novos.

Os gastos com diárias, aluguel de carro e combustível nas ações de cadastro em PA (Projetos de Assentamentos) antigos ultrapassaram as nossas expectativas, vez que o nosso orçamento foi baseado em custos para realização de cadastro em PA novos, consequentemente onerando os custos com combustível, diária e aluguel de veículo na execução dos trabalhos.

A diferença entre o valor estabelecido na PO 2008 e a provisão recebida deve-se ao fato de terem sido alocados recursos para a execução das atividades da NE 70 (norma de execução nº. 70), referente às notificações das inconsistências de alguns assentados, chegando a 450 famílias, onde 80% dessas tivemos de realizar a mando da Procuradoria, vistoria em loco, para que possamos dar prosseguimento ao processo.

Ação 8387 – Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Promover a identificação, vistoria e avaliação de imóveis rurais para fins de desapropriação ou de aquisição por compra e venda e outras formas de obtenção

Descrição: Vistoria e avaliação de imóveis rurais para fins de desapropriação ou aquisição por compra e venda e outras formas de obtenção; promoção da declaração de imóveis rurais como de interesse social para fins de reforma agrária; imissão na posse de imóveis rurais desapropriados; provisão de recursos para as despesas com processos administrativos e judiciais, e publicação de editais; apoio logístico por meio de aquisição de máquinas e equipamentos; levantamento de cadeia dominial e registros cartoriais de imóveis; despesas com publicações e notificações a proprietários; custear desmontes e transporte de bens móveis e semoventes nos processos de desapropriações

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: **Celso Lisboa de Lacerda**

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	631	A	3	ha	242.400,00	48.115,7395	419.151,00	19,85

Fonte:

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R$(a)	R$(b)	R$(c)	% (d=c/b)	R$(e)	% (f=e/b)	R$ (f)	% (g=f/b)
241.000,00	312.691,06	312.691,06	100	305.934,07	97.8	305.494,41	97.7

Fonte:

Foram realizadas trinta e seis vistorias preliminares para fins de fiscalização, dezesseis avaliações de imóveis rurais, sete emissões na posse de propriedades diversas, além de sete perícias em acompanhamento de ações judiciais de desapropriação, totalizando trabalhos diversos em sessenta e oito imóveis.

Encontramos dificuldades na identificação de imóveis passíveis de desapropriação e de aproveitamento para assentamento de trabalhadores rurais, além de entraves burocráticos para a aquisição de propriedades, por compra e venda, via Decreto 433/92, sendo estas as razões principais para o cumprimento parcial da meta.

No contexto acima, constata-se que foram empenhados para atender despesas correntes os valores de R$ 312.691,06 (Trezentos e doze mil, seiscentos e noventa e um reais e seis centavos), liquidado 305.934,07 (trezentos e cinco mil, novecentos e trinta e quatro reais e sete centavos) e pago 305.494,41 (trezentos e cinco mil, quatrocentos e noventa e quatro reais e quarenta e um centavos). A diferença do valor pago em relação ao valor da PO 2009 deve-se ao fato do valor orçado por vistoria e colocado na PO ser bem abaixo do valor real.

As despesas enquadradas nesta ação têm como objetivos específicos:
O acompanhamento e fiscalização;
Aquisição de equipamentos e material permanente;
Aquisição de material de consumo;
Identificação, notificação e vistoria preliminar de imóveis rurais;
Vistoria de avaliação.
Dentro desse prisma, a maioria das ações delineadas requer deslocamentos de servidores, que por sua vez demandam pagamento de diárias, combustível, aluguel de veículo, material de consumo diverso, publicação oficiais de editais de notificação, como também despesas com ações judiciais e imissões de posses.

2.2.5.2 Ação 8374- Licenciamento Ambiental de Assentamento da Reforma Agrária

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Promover o licenciamento ambiental dos assentamentos de reforma agrária, proporcionando a regularidade da situação ambiental dos projetos de assentamento de Reforma Agrária, em consonância com compromissos institucionais assumidos quando da assinatura pelo MDA/INCRA e MMA/IBAMA, sob a supervisão do Ministério Público Federal, do Termo de Ajustamento de Conduta para a regularização ambiental de todos os projetos de assentamento, atendendo ainda ao disposto na Resolução Conama 387/06.

Descrição: Realização de estudos e diagnósticos voltados para o licenciamento ambiental dos projetos de assentamento; obtenção e custeio do licenciamento ambiental prévio; obtenção e custeio do licenciamento de instalação e operação; pagamento de taxas relativas à expedição de licenças e publicações; pagamento de taxas aos órgãos ambientais relativas à averbação da reserva legal.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: **Celso Lisboa de Lacerda**

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	631	A	4	Licença/Unidade	34	79	65	2,3235

Fonte:

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2008	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R$(a)	R$(b)	R$(c)	% (d=c/b)	R$(e)	% (f=e/b)	R$ (f)	% (g=f/b)
325.966,00	294.193,77	294.193,77	100	235.307,91	79,984	233.448,64	79,352

Fonte:

Na contagem das licenças protocoladas constam as licenças novas e as prorrogações, pois no ano de 2009 venceram muitas licenças, tendo sido solicitadas às devidas prorrogações, através de protocolo junto ao órgão ambiental competente, influenciando significativamente no cumprimento das metas.

Dentre as licenças solicitadas 17 se referem às novas áreas com perspectiva de se tornarem novos assentamentos, 19 trata das regularizações de assentamentos já existentes e 43 são os pedidos de prorrogações das licenças vencidas.

Vale salientar que, todos os Projetos de Assentamento criados no ano de 2009, tiveram suas licenças protocoladas e expedidas conforme determinação da Norma de Execução nº 69, DOU nº 50 de 13/03/2008.

Na ação de Licenciamento Ambiental desta superintendência, percebe-se a superação de forma significativa da meta física estabelecida e a proximidade do cumprimento da meta financeira, isto se deve ao fato de nesse ano de 2009 ter havido uma grande quantidade de prorrogações de licenças vencidas, as quais puderam ser prorrogadas devido a acordos com o órgão ambiental responsável pelo licenciamento.

Na prorrogação, as despesas com o licenciamento ambiental são reduzidas, comparando-se com a primeira solicitação da licença, pois dentre outros documentos, no requerimento da licença inicial é exigido o relatório de viabilidade ambiental ou laudo agronômico, tendo os custos da vistoria embutidos para tal estudo. No caso de prorrogação o laudo é o mesmo do primeiro protocolo, não sendo contabilizado mais este custo. Além da taxa ser reduzida na solicitação de prorrogação da licença, desde que sejam cumpridas certas condicionantes estabelecidas pelo órgão responsável.

Os gastos referentes ao desempenho desta ação foram realizados no desenvolvimento do processo de licenciamento ambiental das áreas com potencialidades de se tornarem projetos de assentamento, bem como com assentamentos já existentes pertencentes a esta jurisdição, basicamente com a realização de vistorias para elaboração de laudos agronômicos, o pagamento de taxas aos órgãos ambientais para o licenciamento ambiental e a averbação da reserva legal e serviços de capacitação ou reuniões com os órgãos ambientais. No referido ano, não houve nenhuma contratação ou parceria ou transferência de recursos para outras entidades.

2.2.5.3 Ação 4460 - Obtenção de Imóveis Rurais para Reforma Agrária

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Obter áreas rurais por desapropriação ou aquisição direta para implantação de assentamento de trabalhadores rurais.

Descrição: Obtenção de imóveis rurais e indenização de benfeitorias de posseiros em áreas destinadas à reforma agrária, mediante pagamento da terra nua em Títulos da Dívida Agrária - TDA e das benfeitorias em moeda corrente.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: **Celso Lisboa de Lacerda.**

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	631	A	3	ha	15.895	679.6350	64.485	4.275,77

Fonte:

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2008	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R$(a)	R$(b)	R$(c)	% (d=c/b)	R$(e)	% (f=e/b)	R$ (f)	% (g=f/b)
241.000,00	248.093,97	248.093,97	100	248.093,97	100	99.703,07	40.19

Fonte:

A unidade regional foi imitida na posse de apenas um imóvel rural durante o ano de 2009, desapropriado em ação judicial que totalizou R$248.093,97, dos quais R$99.703,07 em dinheiro correspondente à indenização das benfeitorias e R$ 148.399,90, referente à terra nua, para em TDA's.

A falta de recursos financeiros foi a principal causa desse desempenho. Afinal, foram concluídos no período a nível interno (vistoria, avaliação, etc) treze processos de desapropriação de imóveis rurais, que totalizaram 33.731,4663 ha, os quais não puderam ser ajuizados pela não disponibilização pela Sede dos recursos envolvidos nas indenizações.

2.2.5.4 Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

Descrição: Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros, por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: **Celso Lisboa de Lacerda.**

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	122	A	4		3.137,00		64.485	#DIV/0!

Fonte:

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2008	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R$(a)	R$(b)	R$(c)	% (d=c/b)	R$(e)	% (f=e/b)	R$ (f)	% (g=f/b)
241.000,00	312.691,06	312.691,06	100	305.936,07	97.8	305.494,41	97.8

Fonte:

Foi empenhada a importância de R$ 110.434,43 (cento e dez mil, quatrocentos e trinta e quatro reais e quarenta e três centavos) e liquidado o mesmo valor. A diferença entre o valor estabelecido na PO 2008 e a provisão recebida prende-se ao fato da necessidade de locarmos viaturas que não estavam na nossa programação, onerando bastante os custos.

Esses recursos são utilizados na forma de despesas correntes necessários ao acompanhamento, fiscalização e execução das diversas Ações do Programa 0135, compreendendo pagamento de diárias, locação de veiculo para realizar os trabalhos em campo, vez que dispormos de poucas viaturas do órgão em condições de uso, colocação de combustível, algumas diárias, passagens aéreas, serviços de pessoas físicas e jurídicas e aquisição de materiais de consumo diversos, não tendo, portanto, uma meta física exclusiva.

2.2.6 Programa 0137 – Desenvolvimento Sustentável na Reforma Agrária

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Finalístico.

Objetivo Geral: Promover a reforma agrária, dar acesso à terra e propiciar conhecimento para produção de alimentos, renda e cidadania no campo.

Objetivos Específicos: Desenvolver, recuperar e consolidar assentamentos da Reforma Agrária.

Gerente do programa: **César José de Oliveira**.

Responsável pelo programa no âmbito da UJ: preencher quando a UJ é apenas executora do programa, com o conteúdo do normativo do programa**;**

Indicadores ou parâmetros utilizados para a avaliação do programa:

Taxa de Consolidação de Projetos de Assentamento

Público-alvo (beneficiários): Famílias assentadas.

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo[2]

[2] Não aplicável à natureza jurídica da UJ.

Principais Ações do Programa

2.2.6.1 Ação 8396 - Implantação e Recuperação de Infra-estrutura Básica em Projetos de Assentamento

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Prover ou recuperar os projetos de assentamento rural de infra-estrutura básica necessária à viabilização do processo produtivo e do desenvolvimento sustentável.

Descrição: Priorização, a partir do levantamento das demandas de infra-estrutura, dos Projetos de Assentamento a serem beneficiados com a implantação ou recuperação de estradas vicinais, rede elétrica, saneamento básico e sistemas de captação e distribuição de água etc, visando proporcionar as condições físicas necessárias para o desenvolvimento sustentável dos assentamentos.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: **Vinícius Ferreira de Araújo.**

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	631	A	3	Família Atendida	1156	-	1474	-

Fonte:

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R$(a)	R$(b)	R$(c)	% (d=c/b)	R$(e)	% (f=e/b)	R$ (f)	% (g=f/b)
6.357.477,15	10.854,469,69	10.854.469,69	100	4.779.522,99	44,0	4.779.522,99	44,0

Fonte:

Resultado obtidos na Ação
Instrução da Portaria CGU 2.270/09 e da Portaria TCU 389/09

a) Principais resultados no cumprimento das metas – Considerando que as obras (de exercícios anteriores) se encontram a cargo das

Convenentes/Contratadas, aguardamos o término para o exercício de 2010 contemplando vários PA's desta Jurisdição.

b) Principais Problemas – A SR apresenta apenas um engenheiro civil para ação em questão. Estamos estabelecendo parceria técnica com os Municípios da nossa Jurisdição (ceder Engenheiro e elaboração de PB's) e solicitamos que se efetue concurso público; Deficiência na elaboração de Projetos Básicos (PB's) de infraestrutura. Estamos observando a possibilidade da contratação da confecção dos PB's.

c) Contratações e Parcerias – No serviço de infraestrutura desconhecemos Convênios/Contratos efetuados no ano de 2009.

2.2.6.2 Ação 8398 - Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Prover os projetos de assentamento rural de serviços topográficos necessários à viabilização do processo produtivo e do desenvolvimento sustentável.

Descrição: Realização de serviços topográficos, levantamento das potencialidades do solo e de suas adversidades naturais e identificação do perímetro das parcelas (lotes).

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: **Vinícius Ferreira de Araújo.**

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	631	A	3	Família Atendida	1.297	276	2.763	21.28

Fonte: LOA 2009, PPA 2008-2011 e Coordenação-Geral de Monitoramento e Avaliação da Gestão – DEA Diretoria de Gestão Estratégica – DE

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R$(a)	R$(b)	R$(c)	% (d=c/b)	R$(e)	% (f=e/b)	R$ (f)	% (g=f/b)
677.779,00	423.033,80	423.472,40	100,10	392.039,17	92,6	392.039,17	92,6

Fonte:

Resultado obtidos na Ação
Instrução da Portaria CGU 2.270/09 e da Portaria TCU 389/09

a) Principais resultados no cumprimento das metas – No exercício de 2009 por EXECUÇÃO DIRETA esta Superintendência realizou a Demarcação Topográfica de 5 (cinco) Projetos de Assentamento: Antonio Conselheiro II (150 famílias) localizado no município de Tacaratu / PE, Banguê (40 famílias) localizado no município de Curaçá / BA, Esperança (26 famílias) localizado no município de

Petrolina / PE, Cachoeira (05 famílias) localizado no município de Floresta / PE, Brilhante (55 famílias) localizado no município de Santa Maria da Boa Vista / PE, **totalizando 276 famílias**. Os serviços foram executados por administração direta através de técnicos lotados nesta Superintendência e com o apoio do servidor da SR(18) Paraíba, João Damasceno Pereira Filho e do servidor do DNOCS Aroldo Batista do Nascimento. **Foram iniciados** os serviços de topografia nos Projetos de Assentamentos Terra da Liberdade (140 famílias) localizado no município de Petrolina / PE, José Ivaldo (25 famílias) localizado no município de Santa Maria da Boa Vista / PE, José Ivaldo II (50 famílias) localizado no município de Santa Maria da Boa Vista / PE, Moura (16 famílias) localizado no município de Santa Maria da Boa Vista / PE, Antonio Conselheiro I (300 famílias) localizado no município de Tacaratu / PE, Antonio Conselheiro III (114 famílias) localizado no município de Tacaratu / PE e Madre Paulina (62 famílias) localizado no município de Lagoa Grande / PE. **Serão 707 famílias beneficiadas com esta ação que complementarão a meta (execução física) do ano seguinte (2010).**

b) Principais Problemas – Parte dos recursos desta ação, destinou-se a elaboração dos anteprojetos de parcelamento visando processo de licitação contemplando 06 PA's e **225 famílias**. A licitação, infelizmente, deu *"deserto"* devido ao baixo valor pago pelo INCRA para execução desta ação. Será relançada em 2010. Também com os PDA's (anteprojetos elaborados) previstos para ser entregues em 2010, teremos um número representativo visando a meta da execução direta desta ação.

c) Contratações e Parcerias – Não foram firmados contratos e novas parcerias. Toda ação foi por execução direta.

Ação 4320 - Fomento à Agroindustrialização e à Comercialização – Terra Sol

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Viabilizar o incremento de renda dos Projetos de assentamentos Rurais, por meio de atividades socioeconômicas sustentáveis, valorizando as características regionais, experiência e potencialidades locais.

Descrição: a) Apoio à implantação e recuperação de agroindústrias: contratação de serviços de consultoria e/ou assessoria técnica para os projetos de agroindústrias existentes e aos novos; capacitação de multiplicadores (técnicos e agricultores); sensibilização e organização de produtores; apoio à realização de diagnóstico para identificação de oportunidades de negócios; e apoio à implantação e recuperação de edificações e equipamentos b) apoio às ações de inserção mercadológica da produção dos assentados: apoio à realização de pesquisa de mercado; apoio à divulgação e vendas dos produtos da reforma agrária; e apoio ao desenvolvimento de logotipos e embalagens adequadas ao mercado; c) capacitação dos beneficiários (homens e mulheres) e jovens em gestão administrativa, associativismo e cooperativismo, comercialização, processamento de alimentos e boas práticas de fabricação; d) implantação de projetos pluriativos solidários: apoio ao estabelecimento de parcerias institucionais para viabilizar e estruturar os sistemas de produção, tendo em vista uma transição agroecológica; e) valorização dos produtos e serviços oferecidos pelos assentados, apoiando a diversificação das economias e potencialidades locais.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: **Ricardo França.**

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	691	A	3	Família Beneficiada	-	-	177	-

Fonte:

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R$(a)	R$(b)	R$(c)	% (d=c/b)	R$(e)	% (f=e/b)	R$ (f)	% (g=f/b)
-	139.624,05	139.624,05	100	31.258,36	22,3	31.258,36	22,3

Fonte:

Resultado obtidos na Ação
Instrução da Portaria CGU 2.270/09 e da Portaria TCU 389/09

a) Principais resultados no cumprimento das metas – Foi estabelecido um Convênio (Dezembro / 2009) com a ASA BRANCA visando capacitação de mulheres de 15 Projetos de Assentamentos - **1.314 famílias** - do Território da Cidadania Sertão do São Francisco em atividades artesanais, cooperativismo e comercialização, fomentando um nicho no mercado regional para os produtos artesanais oriundo da reforma agrária. Neste ano de 2009 também se deu a continuidade do Convênio com a Associação de Plantas do Nordeste – APNE beneficiando **177 famílias** no município de Serra Talhada (PE), no Sertão do Pajeú na estratégia de comercialização do carvão agroecológico por meio desta ação. No total de **1.491 famílias estão sendo beneficiados** com estes mencionados Convênios e este número será lançado na execução física do ano 2010.

b) Principais Problemas – A ação terrassol se destina a dar comercialização aos produtos dos assentados que tenham uma produção considerável e estável. A não uniformidade desta produção e ação dos atravessadores tem dificultado a implementação desta ação.

c) Contratações e Parcerias – Não foram firmados novos contratos e parceiros no ano de 2009.

Matéria sobre o carvão agroecológico nos PA's da SR(29) utilizando o Terrassol (Revista "Terra da Gente"Dez/2009, páginas 36 e 37).

Ação 4358 - Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais em projetos de Assentamento

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Transferir o domínio, em caráter provisório ou definitivo, de imóveis rurais em áreas de projetos de assentamento para beneficiários da reforma agrária e a entidades públicas ou privadas.

Descrição: a) Conceder documentação às famílias assentadas, a título provisório (concessão de uso) ou definitivo (título de domínio) e às entidades públicas ou privadas, na forma de doação, cessão ou concessão de uso; b) Realização de vistorias periódicas para verificação do cumprimento das cláusulas contratuais; c) Realização de procedimentos técnicos, administrativos e jurídicos para retomada das parcelas e reversão do domínio ao INCRA, visando sua redestinação; d) Realização de procedimentos para destinação de áreas remanescentes dos projetos na forma da Lei.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: **Ricardo França.**

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	631	A	3	Documento de Titulação expedido	-	1190	2.562	-

Fonte:

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R$(a)	R$(b)	R$(c)	% (d=c/b)	R$(e)	% (f=e/b)	R$ (f)	% (g=f/b)
0	69.468,00	69.468,00	100	69.059,31	99,4	69.059,31	99,4

Fonte:

Resultado obtidos na Ação
Instrução da Portaria CGU 2.270/09 e da Portaria TCU 389/09

a) Principais resultados no cumprimento das metas – Apesar da meta ZERO para a ação em questão na PO 2009 (Decreto n. 6.808, de 27 de março de 2009), **foram expedidos 1.190 CCU's** (Contrato de Concessão de Uso) com os recursos liberados posteriormente pela Diretoria de Desenvolvimento. Neste exercício não houve a emissão de títulos de domínio.

b) Principais Problemas – Poucos Servidores para execução da ação e necessidade de capacitação. Para o exercício 2010, verifica-se a possibilidade de remoção de servidores d'outra Divisão e Capacitação na DD-2, em Brasília.

c) Contratações e Parcerias – Para esta ação não há parceiros envolvidos. É uma ação de execução direta por servidores da Divisão de Desenvolvimento.

Ação 2B06 - Manejo de Recursos Naturais em Projetos de Assentamento de Reforma Agrária

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Implantar projetos de manejo, recuperação, conservação e monitoramento do uso de Recursos Naturais, visando a recuperação ambiental de áreas protegidas por regramento jurídico e a promoção da gestão ambiental e o manejo florestal em projetos de assentamentos da reforma agrária.

Descrição: Implantação de projetos de recuperação das áreas de preservação permanente (APP) e de reserva legal; realização de práticas tecnológicas que visem à recuperação dos solos; cumprimento das condicionantes definidas pelos órgãos ambientais competentes, no âmbito do licenciamento ambiental, no que se refere à conservação de áreas protegidas por regras jurídicas; estimular a implementação do manejo florestal sustentável e do manejo de fauna como atividade produtiva básica ou complementar dos assentamentos; sensibilização e capacitação dos assentados quanto à importância da conservação e/ou recuperação de áreas degradadas e/ou protegidas; monitorar a utilização dos recursos naturais nos assentamentos; realizar materialização (demarcação/cercamento) das Áreas de Reserva.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: **Celso Lisboa de Lacerda**

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	631	A	3	Família Atendida	46		207	

Fonte:

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2008	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R$(a)	R$(b)	R$(c)	% (d=c/b)	R$(e)	% (f=e/b)	R$ (f)	% (g=f/b)
46.105	46.105,00	46.105,00	100	39.172,64	84,9	39.172,64	84,9

Fonte:

Resultado obtidos na Ação
Instrução da Portaria CGU 2.270/09 e da Portaria TCU 389/09

a) Principais resultados no cumprimento das metas – No ano de 2009 houve a continuidade no acompanhamento (gerando despesas correntes: pagamento de diárias, abastecimento de viaturas, ...) na aplicação dos planos de Manejo sustentável da caatinga implantado pela Associação de Plantas do Nordeste – APNE **beneficiando 177 famílias (07 PA's)** no município de Serra Talhada (PE), no Sertão do Pajeú. Este número será lançado na execução física do ano 2010.

b) Principais Problemas – Existem grandes dificuldades em se encontrar parceiros capacitados para esta ação dentro do estado.

c) Contratações e Parcerias – Neste ano de 2009 não foram firmadas novas parcerias para ação em questão, em virtude do problema acima mencionado.

2.2.6.3 Ação 0427 - Concessão de Crédito-Instalação às Famílias Assentadas

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Operações Especiais.

Finalidade: Dar condições iniciais de subsistência e sustentabilidade às famílias assentadas pelo INCRA por meio da concessão de crédito, em suas várias modalidades.

Descrição: Concessão de crédito individual aos assentados e assentadas da reforma agrária, para auxiliar na construção e recuperação de unidades habitacionais, segurança alimentar e atividades produtivas, sendo a aplicação, preferencialmente, na forma coletiva; Concessão de crédito adicional que vise proporcionar a segurança hídrica às famílias localizadas na região do Semi-Árido Brasileiro.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: **Vinícius Ferreira de Araújo.**

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	631	OP	3	Família Atendida	5.151	3.353	1.120	65.09

Fonte:

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R$(a)	R$(b)	R$(c)	% (d=c/b)	R$(e)	% (f=e/b)	R$ (f)	% (g=f/b)
58.204.434,00	57.491.752,00	57.491.752,00	100	40.711.752,00	70.81	39.965.252,00	98.17

Fonte:

Resultado obtidos na Ação
Instrução da Portaria CGU 2.270/09 e da Portaria TCU 389/09

a) Principais resultados no cumprimento das metas – No ano de 2009 a SR-29/MSF atuou com as modalidades do Crédito Instalação apoio inicial, aquisição de materiais de construção, recuperação de material de construção,

fomento, fomento adicional e semi-árido. Os recursos financeiros descentralizados não foram pagos na sua totalidade em virtude do acúmulo de atividades no Setor financeiro ficando para ser liquidados em 2010. Mesmo assim, mais de 3.000 famílias foram contempladas com esta ação e com repasse financeiro de 70% da PO 2009. Foi realizada a divisão geográfica na área de atuação da Superintendência Regional, criando 05 (cinco) Regionais de Desenvolvimento e constituindo grupos de trabalho formados por técnicos lotados nesta Divisão (D.O.U. de 04/09/09) visando melhorar a atuação desta SR.

b) Principais Problemas – A execução física realizada de 65,09%, deve-se ao pequeno número de Servidores envolvidos na aplicação do Crédito Instalação e em outras ações (28% da Superintendência). Faltam alguns equipamentos para as equipes (*Notbook's*, câmeras digitais e *GPS's* , por exemplo) e a necessidade de alterações na Norma de Execução, Instrução Normativa vigentes e da aprovação do Manual de aplicação do Crédito Instalação. Outro problema: **As alterações nos valores do Crédito Instalação**, necessitando alterações nos Planos de aplicação e Projetos de Produção, coleta de novos contratos complementares e outras atividades pertinentes nos Projetos de Assentamentos, ampliaram as ações *"in loco"* das equipes (servidores atuantes) e a aplicação do Crédito de exercícios anteriores.

c) Contratações e Parcerias – Através da Norma de Execução que trata sobre a operacionalidade do Crédito Instalação, foi possível contar com o Parceiro da Assessoria Técnica (ATES) contratada na aplicação do Crédito mencionado.

Abaixo, algumas fotos relativas à ação em questão:

Acompanhamento de entrega de materiais – PA LYNDOLPHO SILVA	Verificação das unidades habitacioanais – PA PANELAS	Materiais comprados com a modalidade apoio inicial PA ABREU E LIMA

Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

Descrição: Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: **Vinícius Ferreira de Araújo**

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	122	A	3	-	-	-	-	-

Fonte:

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R$(a)	R$(b)	R$(c)	% (d=c/b)	R$(e)	% (f=e/b)	R$ (f)	% (g=f/b)
344.147,00	716.911,12	716.472,52	99,93	706.305,40	98,5	704.272,71	98,2

Fonte:

Resultado obtidos na Ação
Instrução da Portaria CGU 2.270/09 e da Portaria TCU 389/09

a) Principais resultados no cumprimento das metas – Foram empenhados R$ **716.472,52 e** liquidado R$ **706.305,40** . Esses recursos são utilizados na forma de despesas correntes necessários ao acompanhamento, fiscalização e execução **das diversas Ações do Programa 0137.** A maioria das ações delineadas requer deslocamentos de servidores, que por sua vez demandam pagamento de diárias, abastecimento de viaturas, pagamentos de suprimentos para pequenas despesas , locação de viaturas devido a insuficiência da frota e ainda a aquisição de material de consumo diversos (cartuchos de impressoras, canetas, papel entre outros), ou seja, um aparato logístico par dar suporte aos servidores, que onera de forma contundente. Esta ação não tem, portanto, uma meta física exclusiva.

b) Principais Problemas – As alterações nos valores do Crédito Instalação, necessitando nas alterações dos Planos de aplicação e Projetos de Produção, coleta de novos contratos complementares e outras atividades pertinentes nos Projetos de Assentamentos, acompanhamento do Crédito dos exercícios anteriores bem como **o aumento expressivo no valor da diária**, resultaram no valor significativo do programado na PO 2009 em virtude do aumento na amplitude das ações *"in loco"* das equipes (servidores atuantes). Temos apenas um engenheiro civil para atuar em toda Jurisdição desta SR, bem como no pequeno corpo de servidores na Divisão de Desenvolvimento para atender todas as ações do Programa.

c) Contratações e Parcerias – As parcerias foram firmadas nas ações de Terrassol, ATES e com as Prefeituras (no caso de infraestrutura), explanadas nestas referidas ações.

Programa 0138 – Gerenciamento da Estrutura Fundiária e Destinação de Terras Públicas

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Finalístico

Objetivo Geral: Promover a reforma agrária, dar acesso à terra e propiciar conhecimento para produção de alimentos, renda e cidadania no campo

Objetivos Específicos: Conhecer a efetiva distribuição, concentração, regime de domínio, posse e uso da terra, bem como assegurar a gestão fundiária nas terras públicas e incorporar as terras federais à reforma agrária.

Gerente do programa: **Richard Martins Torsiano.**

Responsável pelo programa no âmbito da UJ: preencher quando a UJ é apenas executora do programa, com o conteúdo do normativo do programa**;**

Indicadores ou parâmetros utilizados para a avaliação do programa: Taxa de Atualização do Sistema Nacional de Cadastro Rural; Taxa de Georreferenciamento de Áreas Rurais; Taxa de Georreferenciamento de Imóveis até quatro módulos fiscais; Taxa de Georreferenciamento de Imóveis Rurais; Taxa de Ocupação Territorial Aparente; Taxa de Regularização de Imóveis Rurais até quatro módulos fiscais.

Público-alvo (beneficiários): Detentores a qualquer título de imóveis rurais, nacional e estrangeiro, serviços registrais de imóveis, profissionais e entidades envolvidas com a questão agrária e agrícola.

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo[3]

[3] Não aplicável à natureza jurídica da UJ.

Principais Ações do Programa

2.2.6.4 Ação 2105 - Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Auferir qualidade e funcionalidades à organização do cadastro de imóveis rurais, tanto de particulares quanto de públicos, com vistas a melhor conhecer a estrutura fundiária e certificar os imóveis rurais para fins de: registro imobiliário; de controle de aquisição de terras por estrangeiro; de controle de limite mínimo de parcelamento de imóvel rural e de identificação daqueles passíveis de ações de reforma agrária, bem como os flagrados com trabalho escravo pelos órgãos públicos competentes. Modelar e implementar o Sistema de Gerenciamento de Banco de Dados Geográficos - SGBD, de forma a permitir o conhecimento da malha fundiária, do uso e cobertura do solo do país.

Descrição: a) Captação, análise e crítica aos dados literais dos imóveis rurais, certificando sua regularidade e informações sobre detenção e uso temporário apresentado por iniciativa do detentor, ação de recadastramento ou levantamento in loco (vistoria de fiscalização);

b) inserção em sistema informatizado que permite a classificação fundiária do imóvel rural, a emissão de Certificado de Cadastro de Imóveis Rurais - CCIR, lançamento, cobrança e controle da arrecadação da Taxa de Serviços Cadastrais e intercâmbio de informações entre o INCRA e os Serviços Registrais;

c) qualificação dos representantes das Unidades Municipais de Cadastramento - UMC, localizadas em todas as prefeituras municipais do país;

d) fonte de informações para os estudos no estabelecimento dos índices de rendimento de produtos vegetais, extrativos florestais e para a pecuária, no cálculo do Grau de Utilização da Terra - GUT e Grau de Eficiência na Exploração - GEE, e na fixação do Módulo Fiscal Municipal, base para a classificação dos imóveis quanto à produtividade e tamanho;

e) produção de dados do Plano Geral de Estatísticas - PGE;

f) geração de informação que subsidiem políticas agrárias, agrícolas e de controle social; e

g) base das informações para o controle e registro das aquisições de imóveis rurais por estrangeiros.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: **Luciméri Selivon**

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	125	A	3	Imóvel Gerenciado	1.571,0	3.696,0	30.000,0	135,26

Fonte:

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R$(a)	R$(b)	R$(c)	% (d=c/b)	R$(e)	% (f=e/b)	R$ (f)	% (g=f/b)
14.142,00	169.391,47	169.391,47	100	82.580,76	48,75	82.580,76	100

Fonte:

Resultados obtidos na Ação

a) **Principais Resultados no Cumprimento das Metas** - A Ação 2105 - Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural é uma importante ferramenta na Gestão da estrutura fundiária, pois possibilita o conhecimento da Malha Fundiária dos 42,0 Municípios Jurisdicionados a SR-29/MSF. Em 2009 foram efetuados 3.696,0 cadastros de Imóveis Rurais no SNCR – Sistema nacional de Cadastro Rural, superando a meta em mais de 2.000 Imóveis cadastrados. Ainda neste exercício, foi realizado o treinamento dos 42,0 representantes das Unidades Municipais de Cadastro – UMC, que atuam como equipes de apoio aos trabalhos de Cadastro Rural no SNCR, o que demandou a utilização de boa parte dos recursos disponibilizados. Outra atividade importante vinculada a esta Ação e que vem sendo desenvolvida na SR-29/MSF é o controle e Fiscalização da Aquisição de Imóveis Rurais por Estrangeiros.

b) **Principais Problemas para a execução da ação –** Um dos principais problemas encontrados para a execução desta ação é a pequena quantidade de servidores alocados na área de Cadastro. Outro problema é a falta de modernização do sistema SNCR.

Soluções para a obtenção de melhores resultados na execução da Ação – A modernização do Sistema SNCR – Sistema Nacional de Cadastro Rural pode melhorar consideravelmente os resultados da Ação.

Ação 4426 - Georreferenciamento da Malha Fundiária Nacional

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Localizar geograficamente os imóveis rurais públicos e privados de áreas predeterminadas, identificando seus limites, uso e aptidão, incorporando dados gráficos ao Sistema Nacional de Cadastro Rural - SNCR, melhorando a qualidade e consistência das informações cadastrais. Ampliação da Rede Geodésica Ativa - Rede INCRA de Bases Comunitárias do GPS e Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo do IBGE - RIBAC/RBMC. Reestruturação e ampliação dos Comitês Regionais de Certificação. Padronizar e Sistematizar a coleta de dados espaciais, bem como o fluxo destes entre as Superintendências Regionais e a Sede do INCRA. Integrar as informações georreferenciadas com serviços de Registro Imobiliários e demais Entes Públicos. Efetuar o Georreferenciamento das áreas públicas com seus limites referenciados ao Sistema Geodésico Brasileiro, conforme previsto na Lei 10.267 de 2001.

Descrição: Localização geográfica dos limites e uso da terra dos imóveis rurais, através de levantamento de campo, com auxilio de tecnologia de posicionamento global (GPS) e Sensoriamento Remoto, constituindo o Sistema de Informações Geográficas - SIG Corporativo do INCRA, melhorando assim, a qualidade e consistência das informações cadastrais. Ampliar a Rede Geodésica Ativa - Rede INCRA de Bases Comunitárias do GPS e Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo do IBGE - RIBAC/RBMC.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: **Edvaldo Gomes.**

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	127	A	3	ha	933,0	6.783,0	0,0	727,0

Fonte:

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R$(a)	R$(b)	R$(c)	% (d=c/b)	R$(e)	% (f=e/b)	R$ (f)	% (g=f/b)
14.547,80	14.547,80	14.547,80	100	14.485,50	99,57	14.485,50	100

Fonte:

Resultados obtidos na Ação

a) **Principais Resultados no Cumprimento das Metas** – A Ação 4426 – Georeferenciamento da malha Fundiária Nacional é importante ferramenta para a Certificação de imóveis e para a identificação da malha fundiária nacional. No ano de 2009, esta ação praticamente não recebeu aporte de recursos. Mesmo Assim, tendo uma meta de apenas 933 Hectares, foi realizado o Georeferenciamento de aproximadamente 6.783 hectares pela equipe de engenheiros da SR-29/MSF (Execução Direta). Infelizmente, existe um passivo muito grande de imóveis para serem georeferenciados, em função dos Processos de Discriminatórias abertos e já executados nos municípios jurisdicionados a esta SR.

b) **Principais Problemas para a execução da ação** – Podemos citar como maior problema a falta de aporte de recursos nesta Ação, já que em 2009, o valor repassado foi de apenas 14 mil reais. Outro problema crucial é a falta de pessoal e estrutura apropriada para a execução direta dos trabalhos de Georeferenciamento de imóveis Rurais.

c) **Soluções para a obtenção de melhores resultados na execução da Ação** – A alocação de Recursos para a Terceirização dos Serviços, a contratação de Pessoal para a área de Cartografia, aliada à capacitação dos servidores da área.

2.2.6.5 Ação 2110 - Regularização Fundiária de Imóveis Rurais

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Regularizar a situação jurídica de posseiros e populações tradicionais com expedição de títulos de domínio ou concessão de direito real de uso incluindo a ratificação de títulos já emitidos, objetivando o ordenamento fundiário.

Descrição: Análise conclusiva de processos administrativos de regularização fundiária de imóveis rurais.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: **Márcio Marreck Berbigier**

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	127	A	3	ha	10.081,0	43.207,1	0,0	234,58

Fonte:

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R$(a)	R$(b)	R$(c)	% (d=c/b)	R$(e)	% (f=e/b)	R$ (f)	% (g=f/b)
50.405,00	110.405,24	110.405,24	100	110.405,24	100	110.405,24	100

Fonte:

Resultados obtidos na Ação

a) **Principais Resultados no Cumprimento das Metas** – A Ação 2110 – Regularização Fundiária de Imóveis Rurais, compreende as sub-ações de Discriminação de Terras Devolutas e Titulação em Áreas de regularização Fundiária e constitui-se na reforma agrária com regularização fundiária. No ano de 2009, esta ação praticamente não recebeu aporte de recursos. Mesmo Assim, tendo uma meta de 10.081, foi realizada a identificação de aproximadamente 43 mil hectares pela equipe de engenheiros da SR-29/MSF (Execução Direta). Infelizmente,

existe um passivo muito grande de imóveis para ser regularizado, em função dos Processos de Discriminatórias abertos e já executados nos municípios jurisdicionados a esta SR.

b) **Principais Problemas para a execução da ação** – Podemos citar como maior problema a falta de aporte de recursos nesta Ação, já que em 2009, o valor repassado foi de apenas 110 mil reais. Outro problema crucial é a falta de pessoal e estrutura apropriada para a execução direta dos trabalhos de Regularização Fundiária de imóveis Rurais.

c) **Soluções para a obtenção de melhores resultados na execução da Ação** – A alocação de Recursos para a Terceirização dos Serviços, a contratação de Pessoal para a área de Cartografia, aliada à capacitação dos servidores da área.

Observação - Nas Ações 8378 – Ações Preparatória para a destinação de Terras Públicas e 2110 – Regularização Fundiária de Imóveis Rurais, foram feitos nos Município de Tacaratu, Jatobá, Petrolina, Floresta, Salgueiro, Custódia e Sertânia, abertura de Processos Individuais para Habilitação de Domínios e Posses, Vistorias para identificação de Áreas Públicas, correspondente a aproximadamente 432 mil hectares, realizados em exercício anteriores a 2009, restando ainda, a conclusão dos trabalhos para a regularização fundiária destes imóveis.
No exercício de 2009, esta ação ficou praticamente paralisada.

Ação 8378 - Ações Preparatórias para Destinação de Terras Públicas

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Diagnosticar e destinar as terras públicas a serem regularizadas.

Descrição. Levantamento do ambiente natural, socioeconômico e cultural e elaboração do anteprojeto de destinação das glebas ou sub-glebas públicas federais.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: **Márcio Marrek Berbigier**

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	127	A	3	ha	0,0	22.050,0	0,0	0

Fonte:

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R$(a)	R$(b)	R$(c)	% (d=c/b)	R$(e)	% (f=e/b)	R$ (f)	% (g=f/b)
0,00	485.000,00	485.000,00	100	409.481,95	84,43	409.481,95	100

Fonte:

a) **Principais Resultados no Cumprimento das Metas** – A Ação 8378 – Ações preparatórias para a destinação de Terras públicas, compreende as sub-ações de Vistoria para a Identificação de Terras Públicas, levantamento da cadeia de Domínios e Vistoria para Identificação de Domínios e Posses. Em 2009, foi aportado recursos da ordem de 485 mil Reais, para a Discriminatória do Município de Itacuruba – PE, sendo Vistoriada e Identificada uma área de 22 mil Hectares, correspondente a 50 % da base do Município.

b) **Principais Problemas para a execução da ação** – Podemos citar como maior problema o baixo aporte de recursos nesta Ação, já que em 2009, o valor repassado foi de apenas 485 mil reais, tornando-se possível abrir o processo de Discriminatória em apenas um Município. Outro problema crucial é a falta de pessoal e estrutura apropriada para a execução direta dos trabalhos de Vistoria e Identificação das áreas.

c) **Soluções para a obtenção de melhores resultados na execução da Ação** – A alocação de Recursos para a Terceirização dos Serviços, a contratação de Pessoal para a área de Cartografia, aliada à capacitação dos servidores da área.

Observação - Nas Ações 8378 – Ações Preparatória para a destinação de Terras Públicas e 2110 – Regularização Fundiária de Imóveis Rurais, foram feitos nos Município de Tacaratu, Jatobá, Petrolina, Floresta, Salgueiro, Custódia e Sertânia, abertura de Processos Individuais para Habilitação de Domínios e Posses, Vistorias para identificação de Áreas Públicas, correspondente a aproximadamente 432 mil hectares, realizados em exercício anteriores a 2009, restando ainda, a conclusão dos trabalhos para a regularização fundiária destes imóveis.

Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

Descrição: Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: **Richard Martins Torsiano.**

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	122	A	3		0	0	0	0

Fonte:

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R$(a)	R$(b)	R$(c)	% (d=c/b)	R$(e)	% (f=e/b)	R$ (f)	% (g=f/b)
6.398,00	16.033,07	16.033,07	100	15.814,92	98,63	15.814,92	100

Fonte:

Observação – O valor de R$ 16 mil, foi utilizado para manutenção de equipes de apoio nos processos de Discriminatórias de Terras, no Município de Itacuruba – PE.

Programa 0139 – Gestão da Política de Desenvolvimento Agrário

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Gestão de Políticas Públicas

Objetivo Geral: Promover a reforma agrária, dar acesso a terra e propiciar conhecimento para produção de alimentos, renda e cidadania no campo.

Objetivos Específicos: Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área de desenvolvimento agrário.

Gerente do programa: **Daniel Maia.**

Responsável pelo programa no âmbito da UJ: preencher quando a UJ é apenas executora do programa, com o conteúdo do normativo do programa.

Indicadores ou parâmetros utilizados para a avaliação do programa: não tem.

Público-alvo: Servidores.

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo[4]

[4] Não aplicável à natureza jurídica da UJ.

Principais Ações do Programa

2.2.6.6 Ação 4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Promover a qualificação e a requalificação de pessoal com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.

Descrição: Treinamento, qualificação e requalificação de servidores, buscando a manutenção dos padrões de qualidade do serviço público.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: **Ronaldo Alves de Souza.**

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	128	A	4	Servidor Capacitado (un)	37	25	44	67,56

Fonte:

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R$(a)	R$(b)	R$(c)	% (d=c/b)	R$(e)	% (f=e/b)	R$ (f)	% (g=f/b)
9.293,00	53.369,80	50.574,45	94,76	38.870,23	72,83	38.870,23	72,83

Fonte:

Os gastos com as ações de promover a qualificação e a requalificação de pessoal para que possamos capacitar os nossos servidores e melhorar a qualidade do atendimento aos nossos clientes foi disponibilizada na PO 2009 o valor de R$ 53.369,80 que foram distribuídos da seguinte forma:

1 – o valor de 8.250,05 que conta n elemento de despesas 339014 foram utilizados para custear o pagamento de diárias;

2 – o valor de 27.084,40 que consta no elemento de despesas 339014 foram utilizados para custear o pagamento de deslocamento com passagens aéreas, locação de veículos e outros;

3 – o valor de 18.035,35 que consta no elemento de despesas 339039 foram utilizados para contratação de cursos, sendo que a Superintendência Regional já havia recebido o valor de R$ 9.293,00 na PO 2009 e o restante do recursos foram descentralizados pela Sede do INCRA.

ÁREA	MÊS	SERVIDOR	Cargo	NS	UF	Lotação	CURSO	DATA	CH	Local	insc	diárias
A	SET	Marcos Aurélio de Melo	TEC ADM	NI	PE	SR-29/MSF	FOLHA DE PAGAMENTO: CALCULO DE PROVENTOS E APOSENTADORIAS E PENSÕES; APURAÇÃO TEMPO DE SERVIÇO	29/09 a 02/10/09	32	Fortaleza/CE	1980,00	995,6
F	NOV	Marcos Costa Vianna	ENG. AGR.	NS	PE	SR-29/MSF	CURSO DE AVALIAÇÃO DE IMÓVEIS RURAIS	05-07/11/09	8	Salvador/BA	780,00	937,65
F	NOV	Fábio Gonçalves Ferreira da Silva	ENG. AGR.	NS	PE	SR-29/MSF	CURSO DE AVALIAÇÃO DE IMÓVEIS RURAIS	05-07/11/09	8	Salvador/BA	780,00	937,65
A	NOV	Galdino Gomes da Silva Neto	ANA. REF	NS	PE	SR-29/MSF	IX CURSO DE TOMADA DE CONTAS ESPECIAL - TEORIA E PRÁTICA	09-13/11/09	40	Brasília/DF	1650,00	1522,05
A	NOV	Jarbas Oliveira de Souza	ANA. REF	NS	PE	SR-29/MSF	IX CURSO DE TOMADA DE CONTAS ESPECIAL - TEORIA E PRÁTICA	09-13/11/09	40	Brasília/DF	1650,00	1522,05
PFE	NOV	Alberto Dias de Moraes	ENG. AGR.	NS	PE	SR-29/MSF	I SEMINÁRIO SOBRE POLÍTICAS FUNDIÁRIAS E DIREITO REGISTRAL	24-25/11/09	16	Petrolina/PE	-	-
T	NOV	Andrea Cruz Moura	ENG. AGR.	NS	PE	SR-29/MSF	I SEMINÁRIO SOBRE POLÍTICAS FUNDIÁRIAS E DIREITO REGISTRAL	24-25/11/09	16	Petrolina/PE	-	-
G	NOV	Aquiles Nairo Benício de Carvalho	ANA. ADM.	NS	PE	SR-29/MSF	I SEMINÁRIO SOBRE POLÍTICAS FUNDIÁRIAS E DIREITO REGISTRAL	24-25/11/09	16	Petrolina/PE	-	-
F	NOV	Clesio Pinoório Pereira Vilaronga	ENG. AGR.	NS	PE	SR-29/MSF	I SEMINÁRIO SOBRE POLÍTICAS FUNDIÁRIAS E DIREITO REGISTRAL	24-25/11/09	16	Petrolina/PE	-	-
T	NOV	Eliezer Nogueira Freire	ENG. AGR.	NS	PE	SR-29/MSF	I SEMINÁRIO SOBRE POLÍTICAS FUNDIÁRIAS E DIREITO REGISTRAL	24-25/11/09	16	Petrolina/PE	-	-
F	NOV	Emerson Leopoldo Lima de Alencar	ENG. AGR.	NS	PE	SR-29/MSF	I SEMINÁRIO SOBRE POLÍTICAS FUNDIÁRIAS E DIREITO REGISTRAL	24-25/11/09	16	Petrolina/PE	-	-
T	NOV	Francisco Miguel Manovel Marote	ENG. AGR.	NS	PE	SR-29/MSF	I SEMINÁRIO SOBRE POLÍTICAS FUNDIÁRIAS E DIREITO REGISTRAL	24-25/11/09	16	Petrolina/PE	-	-
PFE	NOV	Ivanise Pereira Lima	PROCURADORA	NS	PE	SR-29/MSF	I SEMINÁRIO SOBRE POLÍTICAS FUNDIÁRIAS E DIREITO REGISTRAL	24-25/11/09	16	Petrolina/PE	-	-
PFE	NOV	John Ericson Formiga Cartaxo	PROCURADOR	NS	PE	SR-29/MSF	I SEMINÁRIO SOBRE POLÍTICAS FUNDIÁRIAS E DIREITO REGISTRAL	24-25/11/09	16	Petrolina/PE	-	-
T	NOV	José Antonio Moura e Silva	ENG. AGR.	NS	PE	SR-29/MSF	I SEMINÁRIO SOBRE POLÍTICAS FUNDIÁRIAS E DIREITO REGISTRAL	24-25/11/09	16	Petrolina/PE	-	-

T	NOV	Karla Patricia Correia dos S. Barros	ENG. AGR.	NS	PE	SR-29/MSF	I SEMINÁRIO SOBRE POLÍTICAS FUNDIÁRIAS E DIREITO REGISTRAL	24-25/11/09	16	Petrolina/PE	-	-
PFE	NOV	Lorena Gomes Monken	ANA. REF	NS	PE	SR-29/MSF	I SEMINÁRIO SOBRE POLÍTICAS FUNDIÁRIAS E DIREITO REGISTRAL	24-25/11/09	16	Petrolina/PE	-	-
T	NOV	Luciano Ribeiro Braga	ENG. AGR.	NS	PE	SR-29/MSF	I SEMINÁRIO SOBRE POLÍTICAS FUNDIÁRIAS E DIREITO REGISTRAL	24-25/11/09	16	Petrolina/PE	-	-
T	NOV	Luiz Ronaldo Nali	ENG. AGR.	NS	PE	SR-29/MSF	I SEMINÁRIO SOBRE POLÍTICAS FUNDIÁRIAS E DIREITO REGISTRAL	24-25/11/09	16	Petrolina/PE	-	-
F	NOV	Marcos Costa Vianna	ENG. AGR.	NS	PE	SR-29/MSF	I SEMINÁRIO SOBRE POLÍTICAS FUNDIÁRIAS E DIREITO REGISTRAL	24-25/11/09	16	Petrolina/PE	-	-
F	NOV	Margarete Pereira da Silva	FISCAL DE CAD.	NS	PE	SR-29/MSF	I SEMINÁRIO SOBRE POLÍTICAS FUNDIÁRIAS E DIREITO REGISTRAL	24-25/11/09	16	Petrolina/PE	-	-
T	NOV	Renato Faccioly de Aguiar	ENG. AGR.	NS	PE	SR-29/MSF	I SEMINÁRIO SOBRE POLÍTICAS FUNDIÁRIAS E DIREITO REGISTRAL	24-25/11/09	16	Petrolina/PE	-	-
F	NOV	Maria da Conceição Sousa Colares	AUX. ADM.	NI	PE	SR-29/MSF	I SEMINÁRIO SOBRE POLÍTICAS FUNDIÁRIAS E DIREITO REGISTRAL	24-25/11/09	16	Petrolina/PE	-	-
T	NOV	Maria do Carmo de Oliveira	ASS. ADM	NI	PE	SR-29/MSF	I SEMINÁRIO SOBRE POLÍTICAS FUNDIÁRIAS E DIREITO REGISTRAL	24-25/11/09	16	Petrolina/PE	-	-
F	NOV	Fábio Gonçalves Ferreira da Silva	ENG. AGR.	NS	PE	SR-29/MSF	I SEMINÁRIO SOBRE POLÍTICAS FUNDIÁRIAS E DIREITO REGISTRAL	24-25/11/09	16	Petrolina/PE	-	-
A	MAI	Sandro José de Oliveira Nascimento	ANA. ADM.	NS	PE	SR-29/MSF	SEMANA DE ADMINISTRAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS	25-29/05/09	40	Salvador/BA	150,00	827,92
A	MAI	Maria Brígida	ASS. TEC.	NS	PE	SR-29/MSF	SEMANA DE ADMINISTRAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS	25-29/05/09	40	Salvador/BA	150,00	828,77
A	MAI	Galdino Gomes da Silva Neto	ANA. REF.	NS	PE	SR-29/MSF	GESTÃO DE CONVENIOS - PASSO A PASSO COMPLETO DO PORTAL DE CONVÊNIO - SICONV	07-9/05/09	24	Salvador/BA	1300,00	538,50
A	MAI	Jarbas Oliveira de Souza	ANA. REF.	NS	PE	SR-29/MSF	GESTÃO DE CONVENIOS - PASSO A PASSO COMPLETO DO PORTAL DE CONVÊNIO - SICONV	07-9/05/09	24	Salvador/BA	1300,00	538,50
A	MAI	Maria Brígida Ferreira	ASS. TEC.	NS	PE	SR-29/MSF	GESTÃO DE CONVENIOS - PASSO A PASSO COMPLETO DO PORTAL DE CONVÊNIO - SICONV	07-9/05/09	24	Salvador/BA	1300,00	538,50

Programa 1120 – Paz no Campo

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Finalístico.

Objetivo Geral: Universalizar os direitos, paz, qualidade de vida e justiça social no meio rural.

Objetivos Específicos: Reduzir a violência no campo com mecanismos de prevenção e mediação de conflitos agrários e garantia dos direitos humanos.

Gerente do programa: **Gercino José da S. Filho.**

Responsável pelo programa no âmbito da UJ: preencher quando a UJ é apenas executora do programa, com o conteúdo do normativo do programa**;**

Indicadores ou parâmetros utilizados para a avaliação do programa: Assassinatos decorrentes de conflitos agrários.

Público-alvo (beneficiários): Famílias no campo nas condições de acampados, assentados, agricultores familiares, as comunidades indígenas, quilombolas, ribeirinhas, extrativistas e garimpeiras, e os trabalhadores atingidos por barragens.

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo[5]

[5] Não aplicável à natureza jurídica da UJ.

Principais Ações do Programa

2.2.6.7 Ação 2109 - Assistência Social, Técnica e Jurídica às Famílias Acampadas

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Ação orçamentária

Finalidade: Articular junto à Ouvidoria Agrária Nacional e as diferentes esferas governamentais e não-governamentais, o atendimento das demandas das famílias acampadas, incluindo-se as vítimas de trabalho escravo, minimizando o impacto das dificuldades enfrentadas, contribuindo para a garantia dos direitos humanos e iniciando um processo de informação e formação para a inclusão social e produtiva dessas famílias.

Descrição: a) apoio jurídico às famílias acampadas com o objetivo de garantir o respeito aos direitos humanos, ao facilitar seus acesso a serviços advocatícios e de expedição de documentos; b) apoio jurídico, social e psicológico aos vitimizados pela escravidão; c) apoio técnico às famílias acampadas visando a capacitação técnica para a produção agrícola; e d) apoio social às famílias acampadas, visando melhoria das condições de vida e da segurança alimentar, por meio da atenção médico-psicologica e logística para as famílias despejadas ou vítimas de violências no campo.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: **Nilton Bezerra Guedes**

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	631	A	4	Fam. Acampadas (unid)	71	6.148	0	8.689,15

Fonte:

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2008	Provisão Recebida	Empenho Emitido	Empenho liquidado	Valor Pago

R$(a)	R$(b)	R$(c)	% (d=c/b)	R$(e)	% (f=e/b)	R$ (f)	% (g=f/b)
8.000	173.800,00	173.800,00	100	135.703,05	78	135.703,05	78

Fonte:

Resultado obtidos na Ação
Instrução da Portaria CGU 2.270/09 e da Portaria TCU 389/09

a) Principais resultados no cumprimento das metas – Durante exercício foi possível atender demandas mais críticas das famílias de acampamentos da região do Médio São Francisco que a questão da insegurança alimentar e de abrigo. A Ouvidoria Agrária regional realizou a distribuição de 25.191 cestas de alimentos, sendo 18.444 cestas de alimentos disponibilizadas pelo Ministério do Desenvolvimento Social, através do Programa Fome Zero e 6.747 cestas de alimentos disponibilizadas pela Defesa Civil do Estado de Pernambuco. Ao todo foram 604.584 Kg de alimentos distribuídos. Os alimentos ficaram armazenados nos depósitos da CONAB, em Pernambuco (Arcoverde e Recife). Também foram adquiridos cerca de 160 rolos de lonas plásticas, suficientes para beneficiar 2.400 famílias. As ações com o objetivo de diminuir o clima de tensão em áreas de conflitos também foram efetivadas com a colaboração do Ministério Público de Pernambuco, através da Promotoria Agrária, onde foi possível agir em quatro comprimentos de reintegrações de passe que se deram de forma pacífica.

b) Principais Problemas – O principal problema é com relação à demora para concluir as etapas de distribuição das cestas de alimentos, tendo em vista a Superintendência Regional não possuir um caminhão próprio para a realização do serviço. O INCRA-SEDE já foi informado sobre a situação. Parte dos próprios beneficiários, através dos movimentos sociais, acabaram se dirigindo ao depósito da CONAB para realizar a retirada dos alimentos. Outro problema é a ausência de mais servidores para a realização das atividades, além de falta de material próprio, exclusivo para o cumprimento das metas.

c) Contratações e Parcerias – Através desta ação foi possível a contratação de empresa de transporte para transportar cestas de alimentos dos depósitos da CONAB para os municípios onde se encontram famílias acampadas, além da contratação de empresa para fornecer 160 lonas plásticas de 8 x 100m.

Programa 1336 – Brasil Quilombola

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Finalístico.

Objetivo Geral: Promover a equalização do acesso aos serviços públicos e aos direitos sociais básicos para as comunidades remanescentes de quilombos e comunidades de terreiros.

Objetivos Específicos: Assegurar às comunidades remanescentes de quilombos a propriedade de suas terras, desenvolvimento econômico sustentável, infra-estrutura adequada para suas atividades, melhoria das condições de vida, preservação do Patrimônio Cultural Material e Imaterial e capacidade para exercer controle efetivo sobre as políticas públicas que lhes são destinadas.

Gerente do programa: **Alexandro da Anunciação Reis**

Responsável pelo programa no âmbito da UJ: preencher quando a UJ é apenas executora do programa, com o conteúdo do normativo do programa**;**

Indicadores ou parâmetros utilizados para a avaliação do programa: Taxa de Atendimento às Comunidades Remanescentes de Quilombos por Ações de Fomento ao Desenvolvimento Local e Sustentável; Taxa de Evolução de Comunidades Certificadas como Remanescentes de Quilombos; Taxa de Evolução de Comunidades Quilombolas com Terras Tituladas.

Público-alvo (beneficiários): População de comunidades remanescentes de Quilombos.

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo[6]

[6] Não aplicável à natureza jurídica da UJ.

Principais Ações do Programa

2.2.6.8 Ação 1642 - Reconhecimento, Demarcação e Titulação de Áreas Remanescentes de Quilombos.

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Projeto.

Finalidade: Regularizar a posse das terras dos remanescentes de quilombos.

Descrição: Elaboração de Relatório Técnico de Identificação e Delimitação - RTID com critérios de territorialidade; publicação do Relatório Técnico; consulta aos órgãos competentes do Governo Federal; notificação às partes interessadas; publicação de portaria de reconhecimento do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação - RTID; emissão de decreto de desapropriação; Demarcação e titulação.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: **Givânia Maria da Silva**

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	127	P	3	Comunidade titulada - un	12,0	0,0	1,0	0

Fonte:

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R$(a)	R$(b)	R$(c)	% (d=c/b)	R$(e)	% (f=e/b)	R$ (f)	% (g=f/b)
210.942,00	117.240,97	117.240,97	100	112.893,71	96,29	112.893,71	96,29

Fonte:

A meta física da Ação 1642 – Reconhecimento, Demarcação e Titulação de Áreas Remanescentes de Quilombolas para a PO-2009, foi de 12,0 Comunidades Tituladas, mas os recursos repassados foram apenas para a Identificação e Vistoria do Território Quilombola de conceição das Crioulas, no Município de Salgueiro – PE.

A área Identificada e Vistoria foi de 3.752,6 hectares, com um total de gastos de R$ 117.240,97 para a cobertura de despesas com Diárias, Combustível e Locação de Veículos.

É importante salientar que a titulação só poderá acontecer depois que a área for indenizada.

Entendimento da PFE existe no quadro do INCRA Antropólogo (impossibilitado a contratação) – realização de convênio Universidade Fluminense – Falta de Antropólogo – nas áreas existe a necessidade de vistorias de todas as propriedades existentes – falta de pessoal para vistoria

Programa 1427 – Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Finalístico.

Objetivo Geral: Garantir e ampliar a renda agrícola e fortalecer a agricultura familiar.

Objetivos Específicos: Disciplinar, ampliar, organizar e qualificar a prestação dos serviços de Ater para os agricultores familiares e empreendedores familiares rurais.

Gerente do programa: **Adoniram Sanches Peraci**.

Responsável pelo programa no âmbito da UJ: preencher quando a UJ é apenas executora do programa, com o conteúdo do normativo do programa

Indicadores ou parâmetros utilizados para a avaliação do programa: taxa de cobertura de ATER à Agricultura Familiar.

Público-alvo (beneficiários): Agricultores familiares, empreendedores familiares rurais (conforme previsto na Lei nº. 11.326/06), comunidades tradicionais, beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária e agentes de ATER.

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo[7]

[7] Não aplicável à natureza jurídica da UJ.

Principais Ações do Programa

2.2.6.9 Ação 4470 - Assistência Técnica e Capacitação de Assentados

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Prestar assessoria técnica, social e ambiental para as famílias beneficiárias da reforma agrária, de forma integral e continuada, desde a implantação do projeto de assentamento, tornando-os unidades de produção estruturadas inseridas de forma competitiva no processo de produção, voltadas ao mercado, integradas à dinâmica do desenvolvimento municipal e regional. Elaborar Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA) ou Plano de Recuperação do Assentamento (PRA). Capacitar os assentados e suas organizações, visando possibilitar a apropriação dos conhecimentos e das tecnologias e o desenvolvimento de habilidades que potencializem o processo de transição para agricultura de base ecológica, considerando sempre as demandas locais e regionais.

Descrição: Assessoramento técnico, social e ambiental aos assentados, desde a implantação do projeto de assentamento, de forma a fomentar as práticas sócio-ambientais sustentáveis e os espaços e condições de inclusão para os segmentos de gênero, raça e etnia, da seguinte forma: a) assessoramento na elaboração e no aperfeiçoamento do plano de desenvolvimento dos assentamentos, assim como dos projetos produtivos, sociais e estruturantes dele decorrentes, resgatando-se as potencialidades e os valores sócio-culturais das comunidades; b) identificação e difusão de informações estratégicas para os assentamentos no campo mercadológico e das tecnologias apropriadas; c) definição de modelo de auto-sustentação, de comercialização e de exploração agropecuária, extrativista, agroindustrial, organização espacial e infra-estrutura; e d) assessoramento na elaboração e acompanhamento de projetos de economia solidária e na formação na de redes.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: **Vinícius Ferreira de Araújo**

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	606	A	3	Família Assistida	1621		3.220	204,9

Fonte: LOA 2009, PPA 2008-2011 e Coordenação-Geral de Monitoramento e Avaliação da Gestão – DEA Diretoria de Gestão Estratégica – DE

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R$(a)	R$(b)	R$(c)	% (d=c/b)	R$(e)	% (f=e/b)	R$ (f)	% (g=f/b)
1.225.693	2.432.915,00	2.432.915,0	100	2.405.680,51	98,8	2.405.680,51	98,8

Fonte:

Resultado obtidos na Ação
Instrução da Portaria CGU 2.270/09 e da Portaria TCU 389/09

a) Principais resultados no cumprimento das metas – A provisão recebida pela SR-29/MSF foi de R$ 2.432.915,00 e os valores pagos foram de R$ 2.405.680,51 beneficiando 3.326 famílias assentadas nos PA's da nossa Jurisdição superando a meta física proposta (1621 famílias). Executamos o orçamento de 2009 no Programa de ATES através da Parceria realizada.

b) Principais Problemas – A pequena equipe de acompanhamento de ATES e a área de abrangência contemplada pela Parceria.

c) **Contratações e Parcerias** – através do Termo de Parceria firmado com o Instituto de Capacitação e Cidadania do Nordeste – ICN, foi possível concretizar a esta ação prevista. A vigência desta parceria vai até 2011 (Extrato no DOU, de 06/05/09).

Abaixo, algumas fotos das atividades das equipes de ATES:

Núcleo de Ouricuri, elaboração dos PDA's.

Equipe de ATES em reunião com assentados.

Visita técnica aos PA's.

Assessoria Técnica no plano de aplicação do Crédito Instalação

Ação 2272 - Gestão do Programa

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

Descrição: Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros, por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: **Vinícius Ferreira de Araújo**

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	122	A	3	-		-	-	

Fonte: LOA 2009, PPA 2008-2011 e Coordenação-Geral de Monitoramento e Avaliação da Gestão – DEA Diretoria de Gestão Estratégica – DE

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R$(a)	R$(b)	R$(c)	% (d=c/b)	R$(e)	% (f=e/b)	R$ (f)	% (g=f/b)
22.552,00	107.080,00	107.080,00	100	103.848,44	96,98	103.414.74	96,57

Fonte: SIAFI

Resultado obtidos na Ação
Instrução da Portaria CGU 2.270/09 e da Portaria TCU 389/09

a) Principais resultados no cumprimento das metas – A maioria das ações delineadas requer deslocamentos de servidores, que por sua vez demandam pagamento de diárias, abastecimento de viaturas, pagamentos de suprimentos para pequenas despesas , locação de viaturas devido a insuficiência da frota e ainda a aquisição de material de consumo diversos (cartuchos de impressoras, canetas, papel entre outros), ou seja, um aparato logístico par dar suporte aos servidores, que onera de forma contundente esta Ação. O aumento expressivo no valor da diária resultou no valor significativo do programado na PO 2009.

b) Principais Problemas – A pequena equipe de acompanhamento de ATES se apresenta como a principal dificuldade sendo sanada através do apoio da Comissão de Crédito verificando a atuação dos núcleos operacionais da Assessoria Técnica parceira.

c) Contratações e Parcerias – Foi dada inicio aos trabalhos de fiscalização do convênio assinado com o Instituto de Capacitação e Cidadania do Nordeste - ICN. **O Assegurador de ATES, Adiel Cavalcanti, e com o apoio da Comissão de Crédito** – por isso o valor de aplicação da ação maior - realizaram as visitas de campo , observando a atuação do corpo técnico da Assessoria Técnica, bem como os 04 núcleos implantados (Petrolina, Ouricuri, Serra Talhada e Petrolândia, todos em Pernambuco).

Abaixo, algumas fotos das visitas técnicas realizadas:

Visita ao STR de Lagoa Grande – PE com a Equipe de ATES	Visita ao núcleo operacional. Equipe de ATES preparando os relatórios técnicos diários.
Visita ao núcleo de Ouricuri – PE. Reunião com associação de assentamento do Munícipio.	Site do ICN. Informativos sobre PDA's e relatórios técnicos "on line" das ações nos PA'S com assessoria (ATES).

2.2.7 Programa 0750 – Apoio Administrativo

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Apoio Administrativo.

Objetivo Geral:

Objetivos Específicos: Prover os órgãos da União dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos.

Gerente do programa: Eva Maria de Sousa Sardinha

Responsável pelo programa no âmbito da UJ:

Indicadores ou parâmetros utilizados para a avaliação do programa: Não tem.

Público-alvo (beneficiários): Não tem.

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo[8]

[8] Não aplicável à natureza jurídica da UJ.

Principais Ações do Programa

2.2.7.1 Ação 2000 - Administração da Unidade

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos das unidades orçamentárias da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas.

Descrição: A atividade padronizada ´´Administração da Unidade´´ substitui as antigas atividades 2000 - Manutenção de Serviços Administrativos, 2001 - Manutenção de Serviços de Transportes, 2002 - Manutenção e Conservação de Bens Imóveis, 2003 - Ações de Informática.

Nesse sentido se constitui na agregação de despesas de natureza administrativa que não puderem ser apropriadas em ações finalísticas, nem a um programa finalístico. Essas despesas, quando claramente associadas a determinada ação finalística, devem ser apropriadas nesta ação; quando não puderem ser apropriadas a uma ação finalística, mas puderem ser apropriadas a um programa finalístico, devem ser apropriadas na ação Gestão e Administração do Programa (GAP, 2272); quando não puderem ser apropriadas nem a um programa nem a uma ação finalística, devem ser apropriadas na ação Administração da Unidade (2000).

Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração da unidade.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: **Maria do Socorro Freire de Oliveira e Superintendentes Regionais.**

Unidades executoras: Superintendências Regionais e INCRA-SEDE

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	122	A		0	0	0	0	0

Fonte:

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R$(a)	R$(b)	R$(c)	% (d=c/b)	R$(e)	% (f=e/b)	R$ (f)	% (g=f/b)
575.680,00	1.208.293,35	1.208.293,35	1	1.012.470,53	0,84	1.012.450,02	0,84

Fonte:

Para a Ação 2000/Administração da Unidade, não existe meta física.

Quanto a sua execução Financeiro-orçamentário, foi previsto na PO 2009 o valor de R$-575.680,00 (quinhentos e setenta e cinco mil, seiscentos e oitenta reais), no entanto esta SR recebeu no exercício o valor global de R$-1.208.293,35 (Um milhão, duzentos e oito mil, duzentos e noventa e tres reais, trinta e cinco centavos), compreendendo as despesas de serviços administrativos, manutenção e uso de frota veicular, própria e locados; manutenção e conservação de imóveis próprios e locados utilizados pela SR/29, apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos, despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins) e demais atividade-meio necessárias à gestão e administração da unidade.

Os gastos com as coes de administração da Unidade que tem por finalidade constituir um centro de custos administrativos das unidades orçamentárias da União foram disponibilizados na PO 2009 o valor de R$ 575.680,00, sendo que esse valor não reflete a nossa realidade e isso é demonstrado claramente na descentralização dos créditos orçamentários pela Sede do INCRA que de acordo com a execução financeira – orçamentária tivemos um acréscimo no orçamento de 110% do valor previsto na PO.

2.2.7.2 Ação 2003 - Ações de Informática

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Proporcionar recursos relacionados à área de informática que contribuam para manutenção e aperfeiçoamento das atividades desenvolvidas pela Administração Pública Federal.

Descrição: Despesas relacionadas com informática, como apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; serviços de atendimento e manutenção na área de informática; desenvolvimento de aplicações na área de informática; manutenção de equipamentos de informática; contratação de serviços de qualquer natureza na área de informática (consultoria, infra-estrutura e serviços); locação e aquisição de equipamentos de informática; aquisição de materiais de consumo na área de informática e softwares."

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação:

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	126	A		-	0	0	0	0

Fonte:

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R$(a)	R$(b)	R$(c)	% (d=c/b)	R$(e)	% (f=e/b)	R$ (f)	% (g=f/b)
8.000	84.737,30	84.737,30	1	71.755,52	0,85	71.755,52	0,85

Fonte:

Para a Ação 2003/Ações de Informática, não existe meta física.

Quanto a sua execução Financeiro-orçamentário, foi previsto na PO 2009 o valor de R$ 8.000,00 (oito mil reais), no entanto esta SR recebeu no exercício o valor global de R$-84.737,30 (oitenta e quatro mil, setecentos e trinta e sete reais, trinta centavos), sendo distribuído na compra de material de consumo e na manutenção do contrato de serviço na área de informática, essa situação ocorreu devido à insuficiência de recursos nas outra Divisões .

Desempenho Operacional

2.4.1. Programação Orçamentária

2.4.1.1 Identificação das Unidades Orçamentárias (UO)

Não aplicável à natureza Jurídica da UJ.

2.4.1.2 Programação de Despesas Correntes

Não aplicável à natureza Jurídica da UJ.

2.4.1.3 Programação de Despesas de Capital

Não aplicável à natureza Jurídica da UJ.

2.4.1.4 Quadro Resumo da Programação de Despesas e Reserva de Contingência

Não aplicável à natureza Jurídica da UJ.

2.4.1.5 Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Despesas Correntes						
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Interna	Concedidos					
	Recebidos	373001	492012112201352272			120.843,49
	Recebidos	373001	492012112201372272			716.911,12
	Recebidos	373001	492012112201382272			15.383,07
	Recebidos	373001	492012112207502000			1.208.293,35
	Recebidos	373001	492012112213502272			11.099,00
	Recebidos	373001	492012112214272272			107.080,49
	Recebidos	373001	492012112501382105			169.391,47
	Recebidos	373001	492012112607502003			84.737,30
	Recebidos	373001	492012112701382110			110.405,24
	Recebidos	373001	492012112701384426			14.547,80
	Recebidos	373001	492012112701388378			485.000,00
	Recebidos	373001	492012112713361642			117.240,97
	Recebidos	373001	492012112801394572			53.369,80
	Recebidos	373001	492012160614274470			2.432.915,00
	Recebidos	373001	492012163101358374			294.193,77
	Recebidos	373001	492012163101358384			103.800,00
	Recebidos	373001	492012163101358387			312.691,06
	Recebidos	373001	492012163101372B06			46.105,00
	Recebidos	373001	492012163101374358			69.468,00
	Recebidos	373001	492012163101378398			423.033,80
	Recebidos	373001	492012163111202109			173.800,00
Externa	**Concedidos**					
	Recebidos					

Despesas de Capital						
Natureza da Movimentação de Crédito		**UG concedente ou recebedora**	**Classificação da ação**	4 - Investimentos	5- Inversões Financeiras	6 – Outras Despesas de Capital
Interna	**Concedidos**					
	Recebidos	373001	492012112201382272	650,00		
	Recebidos	373001	492012112207502000	22.785,53		
	Recebidos	373001	492012112607502003	4.950,00		
	Recebidos	373001	492012163101354460		99.703,07	
	Recebidos	373001	492012163101370427		57.491.752,00	
	Recebidos	373001	492012163101378396	10.854.469,69		
	Recebidos	373001	492012112207502000	9.005,00		
Externa	**Concedidos**					
	Recebidos					

Fonte:

2.4.2 Execução Orçamentária

Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação

2.4.2.1. Despesas por Modalidade de Contratação

Modalidade de Contratação	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada	
	Exercícios			
	2008	2009	2008	2009
Licitação	**1.910.889,24**	2.810.808,64	1.910.889,24	2.810.808,64
Convite	**134.674,26**	**297.367,14**	**134.674,26**	**297.367,14**
Tomada de Preços				
Concorrência				
Pregão	**1.776.214,98**	**2.450.601,50**	**1.776.214,98**	**2.450.601,50**
Concurso				
Consulta				
Adesão a Ata (SRP)		**62.840,00**		**62.840,00**
Contratações Diretas	**768.199,95**	**662.320,94**	768.199,95	662.266,94
Dispensa	**254.905,27**	**226.617,65**	**254.905,27**	**226.617,65**
Inexigibilidade	**284.681,90**	**267.078,43**	**284.681,90**	**267.078,43**
Regime de Execução Especial				
Suprimento de Fundos	**228.612,78**	**168.570,86**	**228.612,78**	**168.570,86**
Pagamento de Pessoal	**1.041.717,71**	**1.370.595,29**	**1.041.717,71**	**1.370.595,29**
Pagamento em Folha				
Diárias	**1.041.717,71**	**1.370.595,29**	**1.041.717,71**	**1.370.595,29**
Outros				

Fonte:

2.4.2.2. Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	Exercícios							
	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009
1 – Despesas de Pessoal	**5.466,67**	**0**	**5.466,67**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**
1º elemento de despesa	5.466,67		5.466,67					
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
2 – Juros e Encargos da Dívida	**Σ**	**Σ**	**Σ**	**Σ**	**Σ**	**Σ**	**Σ**	**Σ**
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
3- Outras Despesas Correntes	**10.728.079,28**	**7.206.704,28**	**10.724.582,01**	**7.206.704,33**	**1.572.047,76**	**343.681.95**	**5.334.157,56**	**6.441.753,05**
1º elemento de despesa	6.282.472,09	1780.452,64	6.282.472,09	1780.452,64	1.435.028,05	108.234,05	1.558.193,00	1.638.698,35
2º elemento de despesa	1.041.717,71	1.370.595,29	1.041.717,71	1.370.595,29	102.900,39	86.444,17	937.425,75	1.337.431,74
3º elemento de despesa	827.312,92	1.333.927,05	823.815,65	1.333.927,05	18.367,49	58.713,72	744.340,90	1.225.693,00
Demais elementos do grupo	2.576.576,56	2.721.729,35	2.576.576,56	2.721.729,35	15.751,83	90.290,01	2.094,197,91	2.239.929,96

Fonte: Siafi Gerencial

2.4.2.3. Despesas Capital por Grupo e Elemento de Despesa

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	Exercícios							
	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009
4 - Investimentos	**2.260.785,36**	**10.882.855,22**	**2.260.785,36**	**10.882.855,22**	**Σ**	**Σ**	**979.026,38**	**4.785.122,99**
1º elemento de despesa	1.882.369,14	10.877.255,22	1.882.369,14	10.877.255,22			625.924,14	4.779.522,99
2º elemento de despesa	341.812,22	5.600,00	341.812,22	5.600,00			332.427,24	5.600,00
3º elemento de despesa	36.604,00		36.604,00				20.675,00	
Demais elementos do grupo								
5 - Inversões Financeiras	**27.817.495,66**	**57.591.455,07**	**27.817.495,66**	**57.591.455,07**	**Σ**	**Σ**	**17.158.295,66**	**40.064.955,07**
1º elemento de despesa	27.430.000,00	57.491.752,00	27.430.000,00	57.491.752,00			16.770.800,00	39.965.252,00
2º elemento de despesa	387.495,66	99.703,07	387.495,66	99.703,07			387.495,66	99.703,07
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
6 - Amortização da Dívida	**Σ**	**Σ**	**Σ**	**Σ**	**Σ**	**Σ**	**Σ**	**Σ**
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								

Fonte:

Destaca-se um grande aumento das despesas de capital – investimento e inversões financeiras entre os exercícios 2008 e 2009 isso é devido as demandas por estruturação dos assentamentos atendidas através de **concessão de créditos** de instalação e **criação de projetos de irrigação** frente a escassez de água.

2.4.3. Evolução de Gastos Gerais

DESCRIÇÃO	ANOS		
	2007	2008	2009
1. PASSAGENS	**149.569,62**	**198.355,29**	**256.369,16**
2. DIÁRIAS E RESSARCIMENTO DE DESPESAS EM VIAGENS	**740.171,25**	**937.984,34**	**1.337.431,74**
3. SERVIÇOS TERCEIRIZADOS			
3.1. Publicidade			
3.2. Vigilância, Limpeza e Conservação	**297.708,32**	**307.618,77**	**311.456,53**
3.3. Tecnologia da informação			
3.4. Outras Terceirizações	**333.502,66**	**356.011,73**	**366.892,86**
Sub Total	**1.520.951,85**	**1.799.970,13**	**2.272.150,29**
4. CARTÃO DE PAGAMENTO DO GOVERNO FEDERAL	**63.537,12**	**225.115,51**	**161.797,82**
5. SUPRIMENTO DE FUNDOS	**63.537,12**	**225.115,51**	**161.797,82**
TOTAIS	**1.584.488,97**	**2.025.085,64**	**2.433.948,11**

Fonte:

O acréscimo nos gastos com diária e passagem ocorreram em razão do aumento das ações do órgão visando atingir as metas e melhorar a qualidade dos serviços.
Com relação aos gastos com Cartão de Pagamento do Governo Federal, houve um aumento significativo do exercício de 2007 e seguintes, em razão do INCRA ter cancelado o seu contrato com a empresa Ticketcar, surgindo assim, a necessidade de usar com mais freqüência os Cartões de Pagamentos. A gestão atual do INCRA está realizando procedimento licitatório para aquisição de combustíveis e conseqüente diminuição do uso dos referidos Cartões.

2.4.5. Indicadores de Desempenho

3. Informações sobre a composição de Recursos Humanos

3.1 Composição dos Recursos Humanos

3.1.1 Composição do Quadro de Recursos Humanos

Composição do Quadro de Recursos Humanos Situação apurada em 31/12/2009			
Regime do Ocupante do Cargo	**Lotação Efetiva**	**Lotação Autorizada**	**Lotação Ideal**
Estatutários	168	172	200
Próprios	84	86	200
Requisitados	84	86	200
Celetistas			
Cargos de livre provimento	6	6	20
Estatutários	3	3	17
Não Estatutários	3	3	3
Terceirizados			
Total			

Fonte: INCRA-SEDE BRASÍLIA-DF

3.1.2 Composição e custos de Recursos Humanos

Composição e custos de Recursos Humanos nos exercícios de 2007, 2008 e 2009						
Tipologia	**Qtd.**	**Vencimentos e vantagens fixas**	**Retribuições**	**Gratificações**	**Adicionais**	**Indenizações**
Estatutários (inclusive os cedidos, com ônus)						
2007	86	1.369.849,97	142.494,60	2.605.578,56	153.390,66	1.623,87
2008	88	1.896.191,12	227.255,55	2.902.077,13	229.825,63	0,00
2009	86	2.796.848,66	239.920,49	1.855.091,27	308.179,56	0,00
Celetistas (inclusive os cedidos, com ônus)						
2007						
2008						
2009						
Cargo de Provimento em Comissão ou de Natureza Especial (sem vínculo)						
2007	2		59.615,,94			
2008	3		63.304,29			
2009	3		83.113,80			
Requisitados com ônus para a UJ						
2007						
2008						
2009						
Requisitados sem ônus para a UJ						
2007						
2008						
2009						

QUADRO TERCEIRIZADO								
	Conservação e Vigilância		Apoio Administrativo		Atividades de Área-fim		Estagiários	
Finalidade	Qtd.	Custo	Qtd.	Custo	Qtd.	Custo	Qtd.	Custo
2007	18	326.299,54	22		0	0	6	14.026,34
2008	18	335.932,80	22		0	0	4	17.453,10
2009	18	339.770,76	22	410.020,56	0	0	2	3.411,10

3.2 Informações sobre os contratos de terceirização de mão-de-obra

Nat.	Contrato	Empresa contratada	Vigência do Contrato		Nível de Escolaridade Quantidade				Sit.
					Médio		Superior		
			Início	Fim	AT	EF	AT	EF	
ORDINARIO	04/2005	JALFORT	01/01/08	31/12/09		13			ATIVO PRORROGADO
ORDINARIO	07/2006	TALLER	01/01/08	31/12/09	02	02			ATIVO PRORROGADO
ORDINARIO	02/2005	NEWTEC	01/07/08	31/12/09	05	05			ATIVO PRORROGADO
ORDINARIO	07/2006	AJ	01/03/08	31/12/09		20			ATIVO PRORROGADO
Observação:									

Fonte:

3.3 Indicadores gerenciais sobre recursos humanos instituídos pela unidade, informando se não os possuir

Nenhuma informação.

3.4 Análise crítica sobre a situação dos recursos humanos

A análise é pertinente à Diretoria de Gestão Administrativa, sediada em Brasília-DF.

4. Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos

MOVIMENTO DA CONTA CONTÁBIL 2.1.2.1.1.11.00					
UG	CREDOR (CNPJ/CPF)	SALDO INICIAL	MOVIMENTO DEVEDOR	MOVIMENTO CREDOR	SALDO FINAL
TOTAL					

Fonte:

Não houve movimento da conta contábil 2.1.2.1.1.11.00 no exercício 2009 na UJ, conforme consulta ao sistema SIAFI.

5. Inscrições em Restos a Pagar no Exercício e os saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	**Inscritos**	**Cancelados**	**Pagos**	**A Pagar**
2009	23.642.954,59	-44.794,19	2.77 0.540,55	20.827.619,85
2008	32.949,11		163.500,00	5.353.379,72
...				
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	**Inscritos**	**Cancelados**	**Pagos**	**A Pagar**
2009	23.642.954,59	-44.794,19	2.77 0.540,55	20.827.619,85
2008	32.949,11		163.500,00	5.353.379,72
...				

Observações: O saldo de restos a pagar de exercícios anteriores em 2008 e 2009, se deve ao montante de empenho relativo a crédito de instalação – inversões financeiras, que deve ser liberado para pagamento durante o exercício de 2010, conforme programação de pagamento estipulado pelo setor de Desenvolvimento de Projetos de Assentamentos.

Em relação aos recursos financeiros não foram disponibilizado aborte de recursos na programação financeira para realizar os pagamentos inscritos em restos a pagar, assim gerando o saldo de restos a pagar processado e não processado.

Fonte: SIAFI GERENCIAL

6. Informações sobre transferências (recebidas e realizadas) no Exercício

Quadro de Detalhamento de Transferências									
Concedente(s) SUPERINTENDENCIA REGIONAL DO MEDIO SÃO FRANCISCO SR/29									
UG / CNPJ 373050/37201		Denominação							
Tipo	Identificação/Nº SIAFI.	Convenente	Valor Pactuado	Contrapartida Pactuada	Repasse total até o exercício	Repasse no exercício	Vigência		Sit.
							Início	Fim	
CONVENIO	596156	35667377000183 Prefeitura Municipal de Dormentes - PE	850.987,13	40.523,10	810.463,93	81.046,39	26/11/2007	19/07/2009	ADIMPLENTE
CONVENIO	596175	11361235000125 Prefeitura Municipal de Parnamirim - PE	980.855,06	46.707,38	934.147,68	93.414,77	26/11/2007	19/07/2009	ADIMPLENTE
CONVENIO	605590	10106243000162 Prefeitura Municipal de Tacaratu - PE	818.236,77	20.048,93	798.187,84	129.890,28	28/12/2007	18/09/2009	ADIMPLENTE
CONVENIO	627583	11040888000102 Prefeitura Municipal de Granito – PE.	1.098.074,91	54.903,72	1.043.171,16	842.247,02	04/07/2008	24/04/2010	ADIMPLENTE
CONVENIO	627610	11040888000102 Prefeitura Municipal de Belém do S Francisco - PE	1.391.232,28	69.561,63	210.000,00	0,00	04/07/2008	19/02/2010	ADIMPLENTE
CONVENIO	627627	01613731000175 Prefeitura Municipal de Lagoa Grande - PE	1.619.394,33	50.084,36	1.015.000,00	800.000,00	04/07/2008	24/04/2010	ADIMPLENTE
CONVENIO	597605	10113710000181	898.605,82	42.790,75	855.815,07	256.744,52	28/11/2007	19/10/2009	ADIMPLENTE

		Prefeitura Municipal de Cabrobo							
CONVENIO	649185	00151461000165 Associação de Plantas do Nordeste - APNE	107.650,00	25.560,00	54.726,00	54.726,00	04/02/2009	30/07/2010	ADIMPLENTE
TERMO DE PARCERIA	652368	08626395000144 Associação Crédito do Brasil - CDB	4.083.823,14	42.768,82	3.648.337,67	3.648.337,67	05/06/2009	05/06/2010	ADIMPLENTE
TERMO DE PARCERIA	652683	06003967000103 Instituto de Capacitação e Cidadania do Nordeste - ICN	3.439.810,00	34.129,40	2.405.680,51	2.405.680,51	29/10/2009	08/07/2010	ADIMPLENTE

Fonte:

Conforme verificado acima não houve transferências na situação de inadimplência no exercício de 2009, o resultado a longo prazo será em beneficio dos assentados da reforma agrária.

7. Previdência Complementar Patrocinada

Não aplicável à natureza jurídica da UJ

8. Fluxo financeiro de projetos ou programas financiados com recursos externos

Não houve ocorrência no período

9. Renúncias tributárias

Não aplicável a natureza jurídica na UJ

10. Operações de fundos

Não aplicável a natureza jurídica na UJ

11A. Recomendações do Órgão ou da Unidade de Controle Interno

Segundo o gestor desta UJ não houve nenhuma determinação como também recomendações do TCU no exercício de 2009.

11B. Determinações e recomendações do TCU

Segundo o gestor desta UJ não houve nenhuma determinação como também recomendações do TCU no exercício de 2009.

12. Atos de admissão, desligamento, concessão de aposentadoria e pensão praticados no exercício

Quanto a aposentadorias e pensões não houve nenhum destes casos. Com relação a admissão de servidores, também não houve esta ocorrência no exercício 2009. Com relação a desligamento de servidores, ocorreram duas vacâncias por cargo inacumulável.

13. Registros atualizados nos Sistemas SIASG e SICONV

Declaramos que as informações referentes a contratos, convênios, contratos de repasse e termos de parceria firmados estão disponíveis e atualizados, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 11.768, de 14 de agosto de 2008.

30
03
10

ADM. Agenor Pires Barbosa
CFA/CRA-PA/AP nº1083/SIAPE-0726769
Chefe da Div. de Administração-SA(29)/MSF
Port./IN/CRA/DA nº276-II de 23/06/08
Publicada no D.O.U de 24/06/08

14. Outras informações consideradas pelos responsáveis como relevantes para a avaliação da conformidade e do desempenho da gestão

15. Informações Contábeis da Gestão

DECLARAÇÃO DO CONTADOR RESPONSÁVEL

Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do sistema SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, previstos na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964) refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial desta Superintendência Regional que apresenta contas.

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANCO FINANCEIRO - TODOS OS ORCAMENTOS
SUBTITULO	373000/37301 - SUPERINT.REGIONAL MEDIO DAO FRANCISCO-SR(29)
ORGAO SUPERIOR	49000 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO

EXERCICIO	MES
2009	DEZ(FECHADO)
EMISSAO	PAGINA
11/03/2010	1

INGRESSOS			DISPENDIOS		
TITULOS	2009	2008	TITULOS	2009	2008
RECEITAS CORRENTES	341.036,71	140.360,66	DESPESAS CORRENTES	7.262.138,53	10.750.548,68
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	341.036,71	140.360,66	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	3.406,67
TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	73.602.294,56	26.923.529,43	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	7.016.994,32	10.503.634,17
TRANSFERENCIAS ORCAMENTARIAS	67.761.529,26	26.764.471,03	OUTRAS DESPESAS	7.016.994,32	10.503.634,17
SUB-REPASSE RECEBIDO	57.643.935,64	26.746.190,02	DESPESA ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO	245.140,91	120.947,64
SUB-REPASSE RECEBIDO NO EXERC.	57.643.935,64	26.746.190,02	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	245.140,91	120.947,64
VALORES DIFERIDOS - BAIXA	108.594,64	18.278,61	DESPESAS DE CAPITAL	65.474.310,26	30.078.390,02
TRANSFERENCIAS EXTRA-ORCAMENTARIAS	5.229.773,16	166.057,40	INVESTIMENTOS	10.882.855,22	2.380.794,36
ORDEM DE TRANSFERENCIA RECEBIDA	5.205.761,01	158.057,40	INVERSOES FINANCEIRAS	57.591.455,07	27.697.595,66
TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	5.205.761,01	158.057,40	TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS	9.199.375,96	276.948,32
TRANSFERENCIAS DIVERSAS RECEBIDAS	16.012,17	0,00	TRANSFERENCIAS ORCAMENTARIAS	0,00	135.564,64
INGRESSOS EXTRA-ORCAMENTARIOS	75.503.036,32	30.770.190,27	VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO	0,00	135.564,64
VALORES EM CIRCULACAO	18.614.135,91	12.144.507,09	TRANSFERENCIAS EXTRA-ORCAMENTARIAS	9.199.375,96	140.383,68
RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	18.614.135,91	12.144.507,09	ORDEM DE TRANSFERENCIA CONCEDIDA	9.037.924,97	0,00
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	0,00	135.564,64	DEVOLUCAO DE TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	9.037.924,97	0,00
VALORES DIFERIDOS	0,00	135.564,64	TRANSFERENCIAS DIVERSAS CONCEDIDAS	136.050,99	140.383,68
OBRIGACOES EM CIRCULACAO	34.636.786,98	28.362.938,32	DISPENDIOS EXTRA-ORCAMENTARIOS	63.779.846,53	36.723.518,66
FORNECEDORES	20.336,45	101.732,55	VALORES EM CIRCULACAO	36.275.551,75	18.614.135,91
DO EXERCICIO	1.679,78	57.666,37	RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	36.275.551,75	18.614.135,91
DE EXERCICIOS ANTERIORES	18.656,75	14.066,18	VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	136.564,64	19.275,61
RESTOS A PAGAR	33.151.209,56	19.796.111,23	VALORES DIFERIDOS	136.564,64	19.275,61
NAO PROCESSADOS A LIQUIDAR	29.405.005,12	17.903.364,09	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	16.487.971,00	12.292.003,69
CANCELADO	3.746.203,64	1.894.736,34	FORNECEDORES	101.732,55	4.714,54
OPERACOES DE CREDITOS EM LIQUIDACAO	525.000,00	455.000,00	DE EXERCICIOS ANTERIORES	101.732,55	4.714,54
EM CONTRATOS	525.000,00	455.000,00	RPS NAO PROCESSADOS - INSCRICAO	17.903.364,09	12.364.143,75
VALORES EM TRANSITO	37.105,38	22.026,32	OPERACOES DE CREDITOS EM LIQUIDACAO	455.000,00	117.600,00
OUTROS DEBITOS	8.133,97	5.227,92	EM CONTRATOS	455.000,00	117.600,00
AJUSTES DE DIREITOS E OBRIGACOES	22.914.110,43	16.988.222,52	VALORES EM TRANSITO	22.026,32	1.450,03
INCORPORACAO DE DEBITOS	22.914.110,43	16.988.222,52	OUTROS DEBITOS	5.227,92	4.669,33
CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	22.914.110,43	16.988.222,52	AJUSTES DE DIREITOS E OBRIGACOES	14.575.589,46	5.803.617,45
			BAIXA DE DIREITOS	14.575.589,46	5.803.617,45
			CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	14.575.589,46	5.803.617,45
INGRESSOS	148.706.389,52	77.843.850,68	DISPENDIOS	148.706.389,52	77.843.850,68

Jarbas Oliveira de Souza
Analista em Reforma e
Desenvolvimento Agrário
INCRA-SIAPE: 1497486

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANCO PATRIMONIAL - TODOS OS ORCAMENTOS	EXERCICIO 2009	MES DEZ(FECHADO)
SUBTITULO	373050/37201 - SUPERINT.REGIONAL MEDIO SAO FRANCISCO-SR(29)	EMISSAO 11/03/2010	PAGINA 1
ORGAO SUPERIOR	49000 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO		

ATIVO			PASSIVO		
TITULOS	2009	2008	TITULOS	2009	2008
ATIVO FINANCEIRO	30.276.651,75	18.614.136,91	PASSIVO FINANCEIRO	30.296.862,15	15.803.436,32
CREDITOS EM CIRCULACAO	30.276.651,75	18.614.136,91	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	30.296.862,15	15.487.871,68
LIMITE DE SAQUE C/VINC.DE PAGAMENTO	7.362.741,32	628.946,29	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	28.470,45	106.980,47
RECURSOS A RECEBER PARA PAGAMENTO DE RP	22.914.110,43	18.085.222,62	FORNECEDORES - DO EXERCICIO	1.879,78	67.666,27
ATIVO NAO FINANCEIRO	119.407.286,96	75.928.733,56	FORNECEDORES - DE EXERC.ANTERIORES	16.456,70	14.065,15
REALIZAVEL A CURTO PRAZO	-31.093.264,80	-15.427.404,40	DEBITOS DIVERSOS A PAGAR	6.133,97	5.227,92
CREDITOS EM CIRCULACAO	-22.610.267,51	-17.894.293,24	RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS	29.426.306,12	17.363.364,69
RECURSOS A RECEBER P/PAGTO DE RP/RETIRC	-22.914.110,43	-18.085.222,62	A LIQUIDAR	29.426.306,12	17.363.364,69
DIVERSOS RESPONSAVEIS	140.120,00	140.120,00	CREDORES DIVERSOS	920.000,00	965.000,00
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	115.057,79	53.809,56	VALORES EM TRANSITO EXIGIVEIS	37.100,00	22.030,32
OUTROS CREDITOS EM CIRCULACAO	45.636,13	0,00	VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	0,00	135.564,64
BENS E VALORES EM CIRCULACAO	1.517.003,51	1.466.988,54	VALORES DIFERIDOS	0,00	135.564,64
ESTOQUES	93.517,53	43.402,66	PASSIVO NAO FINANCEIRO	-29.426.306,12	-17.363.364,69
TITULOS E VALORES	1.423.485,98	1.423.485,98	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	29.426.306,12	-17.363.364,69
REALIZAVEL A LONGO PRAZO	136.968.773,81	90.936.433,16	RETIFICACAO DE RP NAO PROCESSADOS A LIQUID	-29.426.306,12	-17.363.364,69
CREDITOS REALIZAVEIS A LONGO PRAZO	136.968.773,81	90.936.433,16	PASSIVO REAL	896.676,03	720.561,43
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	124.486.185,05	76.936.833,98	PATRIMONIO LIQUIDO	148.728.531,68	93.822.811,05
CREDITOS A RECEBER	12.482.587,80	13.999.599,21	PATRIMONIO/CAPITAL	93.822.811,05	52.127.632,60
PERMANENTE	3.511.746,16	3.419.694,52	PATRIMONIO	93.822.811,05	52.127.632,60
IMOBILIZADO	3.511.746,16	3.419.694,52	RESULTADO DO PERIODO	54.905.720,62	11.694.979,06
BENS MOVEIS E IMOVEIS	3.511.746,16	3.419.694,52	SITUACAO PATRIMONIAL ATIVA	149.664.107,71	96.542.992,49
ATIVO REAL	149.664.107,71	94.542.992,49	SITUACAO PATRIMONIAL PASSIVA	94.758.387,09	82.847.993,43
ATIVO COMPENSADO	57.713.755,61	51.170.251,50	PASSIVO COMPENSADO	57.713.755,61	51.170.251,50
COMPENSACOES ATIVAS DIVERSAS	57.713.755,61	51.170.251,50	COMPENSACOES PASSIVAS DIVERSAS	57.713.755,61	51.170.251,50
RESPONSABILIDADES POR VALORES, TITULOS E B	63.575,55	59.001,05	VALORES, TITULOS E BENS SOB RESPONSABILIDA	63.575,50	59.001,05
GARANTIAS DE VALORES	260.911,31	253.809,39	VALORES EM GARANTIA	260.911,31	253.809,39
DIREITOS E OBRIGACOES CONVENIADOS	39.541.924,66	33.736.248,99	DIREITOS E OBRIGACOES CONVENIADOS	39.541.924,66	33.736.248,99
DIREITOS E OBRIGACOES CONTRATUAIS	23.306.311,30	16.271.305,75	DIREITOS E OBRIGACOES CONTRATADAS	23.306.311,30	16.271.305,75
OUTRAS COMPENSACOES	541.029,79	850.858,32	COMPENSACOES DIVERSAS	541.029,79	850.858,32
ATIVO	207.397.863,32	145.713.113,99	PASSIVO	207.397.863,32	145.713.113,99

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRACAO DAS VARIACOES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORCAMENTOS	EXERCICIO 2009	MES DEZ(FECHADO)
SUBTITULO	373050/37201 - SUPERINT.REGIONAL MEDIO SAO FRANCISCO-SR(29)	EMISSAO 11/03/2010	PAGINA 1
ORGAO SUPERIOR	49000 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO		

VARIACOES ATIVAS			VARIACOES PASSIVAS		
TITULOS	2009	2008	TITULOS	2009	2008
ORCAMENTARIAS	133.251.507,14	53.957.232,74	ORCAMENTARIAS	75.634.120,49	41.106.089,49
RECEITAS CORRENTES	141.038,71	140.360,63	DESPESAS CORRENTES	7.262.135,13	10.730.048,66
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	141.038,71	140.360,63	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	8.468,67
INTERFERENCIAS ATIVAS	67.761.521,28	28.764.471,63	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	7.018.094,92	10.603.634,17
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	67.761.521,28	28.764.471,63	DESPESA ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO	243.140,91	120.947,84
SUB-REPASSE RECEBIDO	67.645.966,64	28.745.193,07	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	243.140,91	120.947,84
VALORES DIFERIDOS - BAIXA	115.554,64	19.278,54	DESPESAS DE CAPITAL	68.474.310,29	30.376.040,83
MUTACOES ATIVAS	65.279.341,75	35.052.386,45	INVESTIMENTOS	10.882.855,22	3.280.784,26
INCORPORACOES DE ATIVOS	41.536.057,16	18.139.472,96	INVERSOES FINANCEIRAS	57.591.455,07	27.095.256,57
AQUISICOES DE BENS	762.502,29	822.466,25	INTERFERENCIAS PASSIVAS	0,00	135.564,64
INCORPORACAO DE CREDITOS	40.673.554,87	17.316.966,70	TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	0,00	135.564,64
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	23.642.934,59	16.912.927,47	VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO	0,00	135.564,64
RESULTADO EXTRA-ORCAMENTARIO	89.807.030,93	27.403.376,41	MUTACOES PASSIVAS	97.574,36	192.177,15
INTERFERENCIAS ATIVAS	8.631.749,91	759.308,88	DESINCORPORACOES DE ATIVOS	97.574,36	192.177,15
TRANSFERENCIAS DE BENS E VALORES RECEBIDOS	610.976,33	601.262,59	LIQUIDACAO DE CREDITOS	97.574,36	192.177,15
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	8.305.791,01	158.067,60	RESULTADO EXTRA-ORCAMENTARIO	60.398.851,87	36.589.549,62
MOVIMENTO DE FUNDOS A DEBITO	15.212,17	0,00	INTERFERENCIAS PASSIVAS	9.203.541,20	140.365,68
ACRESCIMOS PATRIMONIAIS	92.178.281,42	28.644.068,73	TRANSFERENCIAS DE BENS E VALORES CONCEDIDOS	7.466,30	0,00
INCORPORACOES DE ATIVOS	46.429.077,98	24.749.329,41	TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	9.037.024,97	0,00
INCORPORACAO DE BENS IMOVEIS	0,00	921.454,29	MOVIMENTO DE FUNDOS A CREDITO	156.050,58	142.380,46
INCORPORACAO DE BENS MOVEIS	16.928,00	9.575,05	DECRESCIMOS PATRIMONIAIS	61.196.280,27	36.419.168,94
INCORPORACAO DE DIREITOS	46.412.149,98	24.218.300,07	DESINCORPORACOES DE ATIVOS	39.651.017,91	25.025.496,47
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	3.746.203,54	1.894.738,34	BAIXA DE BENS IMOVEIS	300.898,11	911.549,85
DEFICIT			BAIXA DE BENS MOVEIS	481.669,61	429.978,79
			BAIXA DE TITULOS E VALORES	532.905,65	0,00
			BAIXA DE DIREITOS	37.817.160,44	23.503.969,80
			INCORPORACAO DE PASSIVOS	12.141.333,36	11.173.672,37
			RESULTADO PATRIMONIAL	54.975.720,62	11.694.979,06
			SUPERAVIT	54.975.720,62	11.694.979,06
VARIACOES ATIVAS	191.208.532,67	89.360.609,17	VARIACOES PASSIVAS	191.208.532,67	89.360.609,17

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANCO ORCAMENTARIO - TODOS OS ORCAMENTOS	EXERCICIO 2009	MES DEZ(FECHADO)
SUBTITULO	373050/37201 - SUPERINT.REGIONAL MEDIO SAO FRANCISCO-SR(29)	EMISSAO 11/03/2010	PAGINA 1
ORGAO SUPERIOR	49000 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO		

RECEITA					DESPESA				
TITULOS	PREVISAO INICIAL	PREVISAO ATUALIZADA	REALIZADA	EXCESSO OU INSUFICIENCIA DE ARRECADACAO	TITULOS	DOTACAO INICIAL	DOTACAO ATUALIZADA	EXECUCAO	ECONOMIA OU EXCESSO NA EXECUCAO DE DESPESA
					CREDITOS INICIAIS/SUPLEMENT	0,00	0,00	75.681.014,62	-75.681.014,62
					DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	7.206.704,33	-7.206.704,33
					OUTRAS DESPESAS CORREN	0,00	0,00	7.206.704,33	-7.206.704,33
					DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	68.474.310,29	-68.474.310,29
					INVESTIMENTOS	0,00	0,00	10.882.855,22	-10.882.855,22
					INVERSOES FINANCEIRAS	0,00	0,00	57.591.455,07	-57.591.455,07
SUBTOTAL I					SUBTOTAL I	0,00	0,00	75.681.014,62	-75.681.014,62

Jarbas Oliveira de Souza
Analista em Reforma e
Desenvolvimento Agrário
INCRA-SIAPE: 1497486

16. Conteúdos específicos por UJ ou grupo de unidades afins

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Ordenamento da Estrutura Fundiária								
Índice de Cadastramento de imóveis Rurais	Indica o percentual de imóveis cadastrados no SNCR conforme a Lei 5868/72, em relação à superfície total no nível de agregação.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(Superfície ocupada por imóveis cadastrados (ha), dividido pela superfície total da área abrangida pela Jurisdição do Incra, no nível de agregação(ha) multiplicado por 100.	• Superfície ocupada por imóveis cadastrados – Disponíveis no SNCR. · Superfície total da área abrangida pela jurisdição no nível de agregação (ha) – Conforme disponível em www.ibge.gov.br.	**62,14%**
Índice de análise de processos de Certificação de imóveis	Indica o percentual de processos de Certificação finalizada no exercício em relação aos processos protocolados no exercício, conforme descrito na IN-INCRA 25/2005 e NE 80/2008, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(Número de processos com análise de certificação finalizada[1] no exercício, dividido pelo número de processos de certificação protocolados no exercício, no nível de agregação) multiplicado por 100.	• Número de processos com análise de certificação finalizada no exercício – conforme indicado nos sistemas SISPROT, SIR e Comitês Estaduais de Certificação Estaduais. • Número de processos de certificação protocolados no exercício – Conforme sistema SISPROT, SIR e Comitês Estaduais de Certificação.	**0,00%**
Índice de Regularização Fundiária	Indica o percentual de imóveis regularizados e titulados no exercício nos termos da Lei 11.952/2009, regulamentada pelo Decreto 6992/2009, IN 45/2008 e eventuais legislações estaduais, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(Número de imóveis regularizados e titulados no exercício dividido pelo número de imóveis com processos de regularização fundiária iniciado no exercício[2], no nível de agregação) multiplicado por 100.	• Número de imóveis regularizados e titulados – Conforme sistema SISPROT, SIR e SISTERLEG. • Número de imóveis com processo de regularização fundiária iniciado – Conforme sistema SISPROT, SIR e SISTERLEG.	**16,77%**

	existente.							

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Obtenção de imóveis para Reforma Agrária e Implantação de Projetos de Assentamento								
Índice de gastos com Obtenção de Terras	Indica o gasto com obtenção de terras efetuada pelo INCRA por hectares, no exercício.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Reais/hectare	{valor total de indenizações (desapropriação) ou pagamento (aquisição) em R$, no exercício[3], dividida pela respectiva área total dos imóveis indenizados ou pagos em hectares, no exercício}, no nível de agregação[4]. =148.427,63/679.635,00	• Quantidade monetária despendida pela Autarquia em obtenção de terras – Gastos no Programa 135/ação 4460 – SIAFI e SIR. • Quantidade de terras obtidas no nível de agregação – Conforme a publicação do Decreto – SIR e SIPRA.	**218,39**
Índice de Protocolos de licença ambiental para os Projetos de Assentamento	Indica o percentual de PA(s) com processo de Licenciamento Ambiental protocolado no exercício, em relação ao número de PA(s) com licenças ambientais expedidas, em conformidade com a Resolução CONAMA 387/2002, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(número de Licenças Ambientais Protocoladas no exercício, dividido pelo número de Licenças Ambientais Expedidas no exercício[5], no nível de agregação), multiplicado por 100.	• Quantidade de PA(s) com Licença ambiental protocolada – SIR e dados do Ibama e Secretarias Estaduais de Meio Ambiente. • Quantidade PA(s) com Licença ambiental expedida – SIR e dados do Ibama e Secretarias Estaduais de Meio Ambiente.	**177,14%**
Índice de Projetos de Assentamentos com licença ambientais em vigor	Indica o percentual de PA(s) com licença ambiental em vigor, em relação ao total de assentamentos federais existentes, em	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(número de assentamentos com Licença ambiental em vigor, dividido pelo total de assentamentos Federais[6], no nível de agregação), multiplicado por 100.	• Quantidade de Projetos de Assentamento com Licença ambiental em vigor – SIR e dados do Ibama e Secretarias Estaduais de Meio Ambiente.	**19,17%**

	conformidade com a Resolução CONAMA 387/2002.						• Quantidade total de PA(s) federais – Sipra.	

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Desenvolvimento, Consolidação e Emancipação de Projetos de Assentamento								
Índice de acesso à água para consumo doméstico[7]	Expressa o provimento de água potável no exercício (encanada, de poço ou de cisterna) segundo o número total de famílias assentadas no exercício, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente[8].	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Exercício	Porcentagem	(número de famílias que tiveram o provimento de água para consumo doméstico – encanado, de poço ou de cisterna no exercício – dividido pelo número de famílias assentadas no exercício, no nível de agregação) multiplicada por 100.	• **Número de famílias que tiveram o provimento de água para consumo doméstico no exercício** – Conforme levantamento efetuado pelos técnicos responsáveis no acompanhamento e entrega das obras e SIR; • **Quantidade total de famílias assentadas no exercício** – Sipra.	**0%**
Índice de provimento de PDA/PRA	Expressa a quantidade Projetos de assentamento com PDA/PRA aprovados pelo INCRA	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(quantidade de Projetos de Assentamento com PDA e PRA aprovados pelo Incra[9], dividido pela quantidade total de Assentamentos Jurisdicionados no nível de agregação) multiplicado por 100.	• **Quantidade de Assentamentos com PDA/PRA aprovado pelo INCRA** – SIR • **Quantidade total de Assentamentos Jurisdicionados** – Sipra.	**0%**

Índice de acesso a estradas transitáveis ou outras vias de transporte adequado ao escoamento da produção até as unidades produtivas	Expressa o acesso a estradas transitáveis ou outras vias de acesso adequado ao escoamento da produção no exercício, segundo o total de famílias assentadas no exercício, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(número de unidades produtivas providas com acesso a estradas transitáveis ou outra via adequada de escoamento da produção no exercício, dividido pelo número total de famílias assentadas no exercício[10], no nível de agregação) multiplicada por 100.	• **Número de unidades produtivas providas com acesso a estradas transitáveis ou outra via adequada de escoamento da produção no exercício** – Conforme avaliado pelas equipes de Assistência Técnica atuantes nos PA(s) e SIR. • **Número total de famílias assentadas no exercício** – Sipra.	**0%**
Indicador	**Descrição**	**Agregação**	**Classificação**	**Periodicidade**	**Unidade**	**Fórmula**	**Fonte**	**Resultado**
Área: Desenvolvimento, Consolidação e Emancipação de Projetos de Assentamento								
Índice de acesso à moradia nos assentamentos	Expressa o acesso à moradia nos assentamentos no exercício, segundo o número total de famílias assentadas no exercício, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Superintendência Regional/Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(número de unidades habitacionais efetivamente construídas no exercício, dividido pela quantidade total de famílias assentadas no exercício[11], no nível de agregação) multiplicada por 100.	• **Número de unidades habitacionais efetivamente construídas no exercício** – Conforme levantamento efetuado pelos técnicos responsáveis no acompanhamento e entrega das obras e SIR; • **Número de famílias assentadas no exercício** – Conforme constante do Sistema Sipra.	**1266%**
Número de contratos firmados pelas famílias com acesso ao Pronaf ou outra linha de crédito voltada à produção	Expressa a quantidade de contratos firmados pelas famílias que acessaram as linhas de crédito voltadas à agricultura familiar.	Superintendência Regional/Brasil	Processo	Por exercício	Unidades	Número de contratos firmados pelas famílias com acesso a linha de crédito voltada aos PA(s) no exercício, no nível de agregação.	• Quantidade contratos firmados pelas famílias com acesso a linha de crédito voltada aos PA por exercício – Obtido junto ao MDA, instituições financeiras responsáveis e Assistência Técnica responsável pelo Projeto de Financiamento e SIR	**381**

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Desenvolvimento, Consolidação e Emancipação de Projetos de Assentamento								
Índice de provimento de Assistência Técnica	Expressa a quantidade famílias atendidas pela Assistência Técnica.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(quantidade de famílias atendidas por Assistência Técnica, dividida pelo número de famílias no nível de agregação) multiplicado por 100.	• Quantidade de famílias atendidas por Assistência Técnica – Conforme o disposto nos instrumentos contratuais ou de convênio e SIR; .Número de famílias dos PA(s) – Conforme constante do Sistema Sipra.	**100%**
Renda média das famílias (não obrigatório ou por amostragem) [15]	Expressa a renda gerada pelas famílias nas atividades produtivas.	Superintendência Regional	Processo	Ano Safra	Unidade monetária (reais)	Média do valor monetário gerado pelas atividades produtivas por família no nível de agregação.	· Valor monetário gerado pelas atividades produtivas – A ser obtido pelas Entidades de Prestação de Assistência Técnica em conformidade com a tabela constante do item 4 do Manual Operacional de ATES (pagina 21) disponível em: http://www.incra.gov.br/arquivos/0003602026.pdf em 22/04/2008, ou norma que substituí-la.	**ESTA INFORMAÇÃO ESTÁ SENDO "LEVANTADA NOS PA'S DESTA JURISDIÇÃO NESTE EXERCÍCIO COM SERVIDORES JUNTAMENTE COMA EQUIPE DE ATES.**
Índice de Parcelas Supervisionadas	Expressa a proporção de parcelas supervisionadas nos termos do artigo 11 da IN 47/2008.	Superintendência/Brasil	Resultado	Por exercício	Percentagem	(quantidade de parcelas supervisionadas nos termos do artigo 11 da IN 47/2008, dividido pela quantidade total de parcelas por nível de agregação) multiplicada por 100.	• **Quantidade de parcelas supervisionadas** – Conforme informação a ser controlada no sistema SIPRA/SIR.· · · Quantidade total de parcelas por nível de agregação – Sistema SIPRA/SIR.	**0**
Número de projetos ambientalmente diferenciados implantados	Expressa o Número de projetos ambientalmente diferenciados implantados conforme a definição das Portarias Incra n.º 268/1996; 477/1999 e 1.141/2003 e 215/2006.	Superintendência Regional/Brasil	Resultado	Por exercício	Unidade	Quantidade de projetos ambientalmente diferenciados criados no exercício no nível de agregação.	• **Quantidade de projetos ambientalmente diferenciados criados no período** – Conforme o Sistema Sipra e definição das Portarias Incra n.º 268/1996; 477/1999 e 1.141/2003 e 215/2006.	**0**

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Desenvolvimento, Consolidação e Emancipação de Projetos de Assentamento								
Índice de consolidação de assentamentos[16]	Expressa a taxa de consolidação dos assentamentos.	Superintendência Regional/Brasil	Resultado	Por exercício	Percentagem	(número de famílias assentadas em PA(s) consolidados, dividido pelo número total de famílias existentes nos PA(s) criados pelo INCRA, no nível de agregação), multiplicado por 100.	**Número de famílias assentadas em PA(s) consolidados, conforme NE 09/2001** – Conforme constante do Sistema Sipra e apurado pela Assistência Técnica. Número total de famílias existentes nos PA(s) criados pelo INCRA – Sipra.	**0**

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Gestão Administrativa								
Índice de abrangência de capacitação	Expressa o alcance das ações de capacitação face a todo o corpo funcional.	Superintendência Regional/Diretoria/ Brasil	Resultado	Por exercício	Percentagem	(Quantidade de funcionários que participaram das atividades de capacitação, dividida pela quantidade total de funcionários no nível de agregação.) multiplicado por 100.	• quantidade de funcionários que participaram das atividades de capacitação - informado pela Unidade Responsável pelos recursos humanos da Autarquia.	**34,48%**
Índice de horas de capacitação	Expressa o número de horas de capacitação por funcionários.	Superintendência Regional/Diretoria/Brasil	Resultado	Por exercício	Horas/funcionário	Número total de horas de treinamentos recebidos pelos funcionários, dividido pela quantidade total de funcionários por nível de agregação.	• número de horas de treinamentos pela quantidade de funcionários - informado pela Unidade Responsável pelos recursos humanos da Autarquia.	**6,89**
Índice de aprovação de Convênios	Expressa a capacidade de gestão de convênios firmados pela Autarquia, conforme IN 01/93 e lei 8.666.	Superintendência/Diretoria/Brasil	Resultado	Por exercício	Percentagem	(Quantidade de convênios com status "aprovado" no exercício/Quantidade de convênios com status "comprovado" no exercício)multiplicado por 100.	• SIAFI e SICONV	**17,64%**

VITOR HUGO DA PAIXÃO MELO
Superintendente Regional
Portaria INCRA/P/Nº 164, de 25/03/2010